



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, agosto/2008



**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

Em julho, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 7,1 bilhões, contra R\$ 7,9 bilhões obtidos no mês anterior e R\$ 5,2 bilhões em julho de 2007. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 9,3 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 2,2 bilhões e R\$ 53,2 milhões, respectivamente.

O resultado primário do Governo Central no acumulado até julho de 2008 atingiu R\$ 68,4 bilhões, equivalente a 4,19% do PIB estimado para o período.

**TABELA 1**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**  
**BRASIL, 2007-2008**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	JUN 2008	JUL 2008	JAN - JUL 2007	JAN - JUL 2008
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>56.207,5</b>	<b>62.844,3</b>	<b>346.539,4</b>	<b>407.789,8</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>43.132,7</b>	<b>49.488,4</b>	<b>271.820,1</b>	<b>320.125,9</b>
I.1.1. Receita Bruta (1)	45.114,3	51.018,6	276.630,6	325.105,8
I.1.2. (-) Restituições	-1.981,6	-1.530,2	-4.810,6	-4.979,9
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>12.942,8</b>	<b>13.230,2</b>	<b>74.031,5</b>	<b>86.732,9</b>
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>132,0</b>	<b>125,7</b>	<b>687,8</b>	<b>930,9</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>9.442,9</b>	<b>9.265,8</b>	<b>60.080,2</b>	<b>72.504,8</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>46.764,6</b>	<b>53.578,5</b>	<b>286.459,1</b>	<b>335.285,0</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>38.847,0</b>	<b>46.513,3</b>	<b>238.665,7</b>	<b>266.854,5</b>
<b>IV.1. Despesas do Tesouro</b>	<b>22.888,5</b>	<b>30.926,9</b>	<b>139.570,9</b>	<b>158.636,3</b>
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	10.029,8	13.016,3	66.447,6	72.617,8
IV.1.2. Custeio e Capital	12.786,4	17.842,6	72.885,1	85.567,2
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.231,5	3.342,4	9.199,8	10.876,3
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	524,4	1.435,6	3.568,0	3.944,5
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.498,9	1.344,7	7.667,4	9.171,7
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	9.531,6	11.719,9	52.449,9	61.574,8
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	7.091,7	8.726,1	43.791,9	48.709,7
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	2.439,9	2.993,8	8.657,9	12.865,1
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	72,3	68,1	238,2	451,3
<b>IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)</b>	<b>15.806,1</b>	<b>15.407,5</b>	<b>98.028,2</b>	<b>107.066,4</b>
<b>IV.3. Despesas do Banco Central</b>	<b>152,4</b>	<b>178,9</b>	<b>1.066,7</b>	<b>1.151,8</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)</b>	<b>7.917,6</b>	<b>7.065,2</b>	<b>47.793,4</b>	<b>68.430,5</b>
V.1. Tesouro Nacional	10.801,3	9.295,7	72.169,0	88.984,9
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-2.863,3	-2.177,3	-23.996,7	-20.333,5
V.3. Banco Central (4)	-20,4	-53,2	-378,9	-220,9
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>3,30%</b>	<b>4,19%</b>

\* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

**PRINCIPAIS VARIAÇÕES**  
**ACUMULADO: 2008/2007**

DISCRIMINAÇÃO	%
<b>Receitas</b>	<b>17,67%</b>
Tesouro	17,77%
Previdência	17,16%
<b>Transferências</b>	<b>20,68%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>17,04%</b>
<b>Despesas</b>	<b>11,81%</b>
Benefícios	9,22%
Pessoal	9,29%
Custeio e Capital	17,40%
FAT	18,22%
Subsídios	10,55%
LOAS/RMV	19,62%
Outras	17,40%
Custeio	11,23%
Capital	48,59%
<b>PIB estimado</b>	<b>12,92%</b>

O resultado do mês de julho refletiu, pelo lado das receitas do Tesouro Nacional, o recolhimento da 1ª cota ou cota única do IRPJ e da CSSL referente à apuração trimestral encerrada no mês de junho (acréscimo de R\$ 4,3 bilhões em relação a junho) e o recolhimento da participação especial relativa à exploração de petróleo e gás natural, apurada trimestralmente, além da mudança do período de apuração do IPI-Automóveis de decendial para mensal, em conformidade com a MP nº 428/2008, com reflexo a partir de julho. Pelo lado das despesas do Tesouro Nacional, observou-se acréscimo de R\$ 8,0 bilhões em relação a junho,

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL**  
**BRASIL, JAN - JUL (% do PIB)**

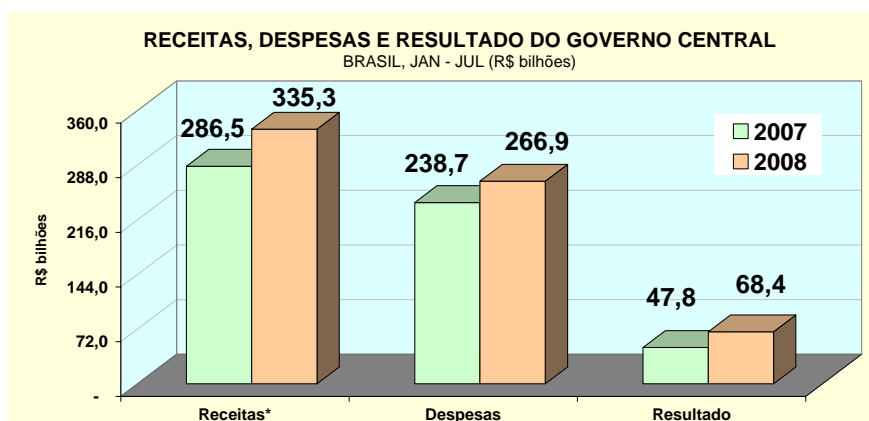
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Tesouro Nacional	4,99%	5,45%
Previdência Social	-1,66%	-1,24%
Banco Central	-0,03%	-0,01%
<b>Governo Central</b>	<b>3,30%</b>	<b>4,19%</b>

dos quais R\$ 3,0 bilhões relativos a dispêndios com pessoal e encargos sociais, explicados, principalmente, pelo adiantamento de parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) dos servidores do Poder Executivo Federal. Relativamente às despesas do FAT, verificou-se incremento de R\$ 2,1 bilhões em decorrência da abertura do calendário de pagamento do abono salarial referente ao exercício 2008/2009 (julho/2008 a junho/2009).

No ano, o resultado do Governo Central é 43,2% superior ao obtido em igual período de 2007 (R\$ 68,4 bilhões contra R\$ 47,8 bilhões). Com isso, o resultado primário passou de 3,30% para 4,19% do PIB estimado para o período. As receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, cresceram 3,7% acima do crescimento nominal do PIB no período (12,9%), enquanto as despesas do Governo Central apresentaram decréscimo de 1,0%.

**PRINCIPAIS VARIAÇÕES REAIS (SOBRE CRESCIMENTO NOMINAL DO PIB) (% ACUMULADO JAN-JUL)**

DISCRIMINAÇÃO	07/06	08/07
<b>Receitas</b>	<b>2,5%</b>	<b>4,2%</b>
Tesouro	2,4%	4,3%
Previdência	3,2%	3,8%
<b>Transferências</b>	<b>2,3%</b>	<b>6,9%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>2,5%</b>	<b>3,7%</b>
<b>Despesas</b>	<b>2,2%</b>	<b>-1,0%</b>
Benefícios	1,6%	-3,3%
Pessoal	3,2%	-3,2%
Custeio e Capital	2,4%	4,0%
FAT	10,1%	4,7%
Subsídios	-31,3%	-2,1%
LOAS/RMV	7,1%	5,9%
Outras	4,0%	4,0%
Custeio	2,6%	-1,5%
Capital	11,2%	31,6%



*O crescimento de 17,7% na receita do Governo Central em 2008 decorre da maior lucratividade das empresas e da recuperação de débitos em atraso, que implica no crescimento da arrecadação pela aplicação de multas e juros.*

O comportamento das receitas reflete o bom desempenho da economia, como também as ações administrativas desenvolvidas pela RFB e pela PGFN no trabalho de recuperação dos débitos. Houve crescimento de 53,8% na arrecadação pela aplicação de multas e juros, inclusive da dívida ativa, em relação aos primeiros sete meses de 2007. Pelo efeito legislação, as principais alterações promovidas em 2008 foram: i) extinção da CPMF e aumento das alíquotas do IOF, com efeitos a partir de janeiro; ii) redução de alíquota da CIDE-combustíveis incidente sobre gasolina e diesel e aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15% incidente sobre as instituições financeiras, com efeito financeiro a partir de junho; e iii) mudança do prazo de recolhimento do IPI – Automóveis de decendial para mensal, com reflexo a partir de julho. Os principais acréscimos na receita de Impostos e Contribuições foram: i) IRPJ (31,3%) e CSLL (36,3%), devido ao maior crescimento nos itens Estimativa

Mensal e Lucro Presumido, cuja arrecadação tem por base o faturamento da empresas, e a arrecadação atípica de R\$ 1,9 bilhão referente a débito de exercícios anteriores; ii) IRRF-Rendimento do Trabalho (26,7%), devido ao crescimento da massa salarial e à diferença de fatos geradores por conta da regra de transição constante da Lei nº 11.196, de 2005 (art. 70, parágrafo único); iii) Imposto de Importação (35,1%), devido ao crescimento, em dólar, das importações tributadas; iv) IRPF (18,0%), devido à tributação sobre ganhos de capital na alienação de bens. Por fim, as demais receitas cresceram 26,7%, em grande medida pelo incremento de R\$ 3,3 bilhões nos ingressos de concessões para exploração de petróleo, gás natural e serviços de telefonia móvel celular e de R\$ 4,9 bilhões em cota-parte de compensações financeiras, em decorrência da elevação do preço do petróleo no mercado internacional.

As transferências a estados e municípios cresceram 20,7% (R\$ 12,4 bilhões) em termos nominais, percentual superior ao crescimento da receita do Tesouro (17,5%). Em proporção do PIB, estas totalizaram 4,44% contra 4,15% em 2007. As transferências constitucionais (FPM e FPE) cresceram 23,6% (R\$ 11,0 bilhões) no período, acima da estimativa de crescimento nominal do PIB (12,9%) e em linha com o comportamento dos tributos partilhados (Imposto de Renda e IPI).

As despesas do Tesouro Nacional cresceram 13,7% (R\$ 19,1 bilhões) em comparação com os primeiros sete meses de 2007. O aumento nominal nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais foi de 9,3% (R\$ 6,2 bilhões), refletindo, entre outros fatores, os pagamentos referentes às reestruturações de carreiras dos Poderes. No entanto, tais despesas ficaram 3,2% abaixo da variação nominal do PIB. Os gastos com a folha de funcionalismo que representavam, ao final de julho de 2007, 4,59% do PIB, situaram-se, no mesmo período de 2008, em 4,44% do PIB.

Por seu turno, os dispêndios com Subsídios e Subvenções Econômicas apresentaram crescimento nominal de R\$ 376,5 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta rubrica apresentou redução de 0,01 p.p. do PIB, passando de 0,25% em 2007 para 0,24% em 2008. Este comportamento é explicado, principalmente, pelo acréscimo nos dispêndios no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento (R\$ 625,3 milhões), parcialmente compensado pela redução nas despesas do programa Aquisição do Governo Federal (R\$ 384,4 milhões).

No que se refere às Outras Despesas de Custeio e Capital, houve incremento de 17,4% (R\$ 9,1 bilhões) em relação ao acumulado até julho do ano anterior, sendo 11,2% (R\$ 4,9 bilhões) referentes a custeio e 48,6% (R\$ 4,2

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN - JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Constitucionais (IR/IPI/out.)	3,22%	3,53%
CIDE-Combustíveis	0,10%	0,08%
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	0,18%	0,07%
Demais	0,66%	0,76%
<b>Total</b>	<b>4,15%</b>	<b>4,44%</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

*As despesas de pessoal e encargos sociais ficaram 3,2% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período.*

DESPEAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>4,59%</b>	<b>4,44%</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>5,04%</b>	<b>5,24%</b>
Despesas do FAT	0,64%	0,67%
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	0,25%	0,24%
LOAS/RMV	0,53%	0,56%
Outras	3,63%	3,77%
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>0,02%</b>	<b>0,03%</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

Até julho de 2008, enquanto a variação dos gastos de custeio ficou 1,5% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período, os gastos de capital cresceram 31,6% acima da variação do PIB. O déficit do RGPS, no mesmo período, caiu de 1,66% do PIB para 1,24% do PIB.

bilhões) referentes a capital. Com isto, enquanto a variação dos gastos de custeio ficaram 1,5% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período, os gastos de capital cresceram 31,6% acima da variação do PIB.

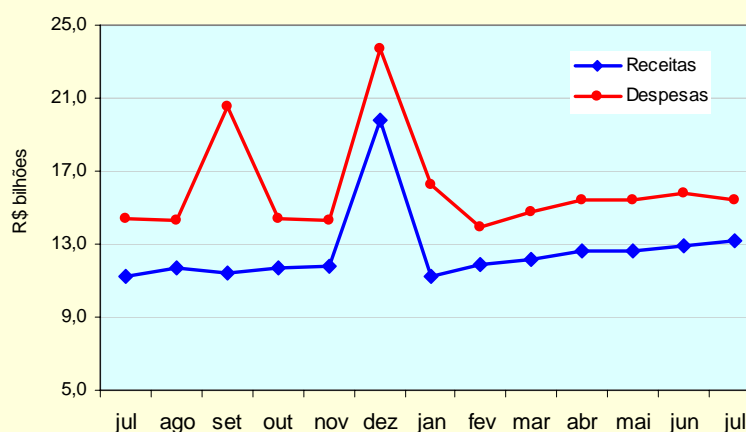
O déficit da Previdência Social atingiu R\$ 20,3 bilhões no acumulado até julho de 2008, contra R\$ 24,0 bilhões observados no mesmo período de 2007 (redução de 15,3%). A arrecadação líquida passou de R\$ 74,0 bilhões para R\$ 86,7 bilhões (17,2%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação das contribuições previdenciárias, rubrica que passou de R\$ 75,3 bilhões para R\$ 89,6 bilhões (elevação de 19,0%), explicada, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por sua vez, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 9,0 bilhões (9,2%), atingindo o montante de R\$ 107,1 bilhões. Como tem ocorrido em meses anteriores, o déficit primário do RGPS apresentou queda em proporção do PIB, reduzindo-se para 1,24%, 0,42 p.p. inferior ao nível registrado em idêntico período de 2007 (1,66%).

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-JUL			
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Quantidade RGPS*	21,7	22,3	2,5%
Valor médio RGPS**	553,6	591,3	6,8%

(\*) em milhões  
(\*\*) em R\$ 1,00

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN - JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Contribuição	5,12%	5,31%
Benefícios	6,78%	6,55%
Res. Primário	-1,66%	-1,24%

**RECEITAS E DESPESAS DA PREVIDÊNCIA  
BRASIL, 2007/2008**



## Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 51,0 bilhões em julho contra R\$ 45,1 bilhões verificados em junho (elevação de 13,1%). Este crescimento é explicado pela elevação de R\$ 3,5 bilhões nas demais receitas, de R\$ 2,0 bilhões nas receitas de impostos federais e de R\$ 460,5 milhões nas contribuições.

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 7,9 bilhões contra R\$ 4,4 bilhões em junho (crescimento de 78,2%) refletindo a elevação de R\$ 3,3 bilhões na arrecadação de cota parte de *royalties* relativos à exploração de petróleo e gás natural, em virtude do recolhimento sazonal em julho da participação especial, apurada trimestralmente e recolhida até o último dia útil do mês seguinte ao fato gerador.

A evolução da arrecadação de impostos e contribuições decorre, principalmente, dos seguintes fatores: i) pagamento, em julho, da 1ª cota ou cota única do IRPJ e da CSSL referente à apuração trimestral encerrada no mês de junho; ii) recolhimento semestral, em junho, do IRRF – Rendimentos de Capital, em conformidade com a Lei nº 10.892/04; e iii) mudança do período de apuração do IPI – Automóveis de decendial para mensal, a partir de 1º de junho de 2008, em conformidade com a MP nº 428/2008, o que, no mês de julho, implicou recolhimento relativo a fatos geradores do período de 1º a 30 de junho, enquanto no mês de junho a arrecadação correspondeu a fatos geradores somente do último decêndio de maio.

No acumulado do ano, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 19,90% do PIB, dos quais 9,48% correspondem à arrecadação de impostos, 7,65% a contribuições e 2,77% relativos às demais receitas.

Em termos nominais, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 48,5 bilhões (17,5%) quando comparada ao período equivalente no ano anterior, passando de R\$ 276,6 bilhões para R\$ 325,1 bilhões. Esse resultado é decorrente, principalmente, de fatores ligados ao crescimento da economia e de ações administrativas desenvolvidas pela RFB e pela PGFN no trabalho de recuperação dos débitos.

O aumento na arrecadação de impostos e contribuições é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- a) crescimento de R\$ 12,8 bilhões (31,3%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 7,3 bilhões (36,3%) na arrecadação de CSSL, refletindo o faturamento de empresas de diversos setores, com destaque para os setores de serviços financeiros, combustíveis, comércio atacadista, metalurgia e fabricação de veículos automotores. Vale destacar também a arrecadação atípica da CSSL, em 2008, de R\$ 1,9 bilhão referente a débitos de exercícios anteriores em contestação judicial, bem como o aumento de 9% para 15% na alíquota desta contribuição, incidente sobre as instituições financeiras;

*A receita bruta do Tesouro Nacional em julho elevou-se 13,1% relativamente ao mês anterior em função do recolhimento da 1ª cota ou cota única do IRPJ e da CSSL referente à apuração trimestral encerrada no mês de junho, da mudança do período de apuração do IPI – Automóveis de decendial para mensal e do pagamento trimestral de royalties relativos à extração do petróleo.*

### **Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior**

*A evolução da receita bruta do Tesouro Nacional no ano de 2008 está sendo influenciada pelo desempenho da economia, por ações desenvolvidas no âmbito da RFB e PGFN para recuperação de débitos em atraso e por mudanças na arrecadação do IRRF, do IOF, da CSSL e do IPI.*

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2008 (R\$ Milhões) <sup>1</sup>		
DISCRIMINAÇÃO	JUN/08	JUL/08
<b>Impostos</b>	<b>22.117,7</b>	<b>24.081,5</b>
Imposto de Renda	16.042,9	17.602,0
IPI	2.943,9	3.439,8
Outros	3.130,8	3.039,6
<b>Contribuições</b>	<b>18.547,3</b>	<b>19.007,8</b>
Cofins	10.319,1	10.270,2
CPMF	13,7	14,3
CSLL	4.329,5	4.635,5
Cide - Combustíveis	305,5	362,9
Outras	3.579,5	3.725,0
<b>Demais</b>	<b>4.449,3</b>	<b>7.929,2</b>
Cota parte	1.189,3	4.529,2
Diretamente Arrecadada	1.564,0	1.686,7
Dividendos da União	589,6	501,8
Concessões	135,8	72,1
Outras	970,6	1.139,4
<b>Total Bruto</b>	<b>45.114,3</b>	<b>51.018,6</b>

<sup>1</sup> Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN - JUL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
<b>Impostos</b>	<b>118.935,4</b>	<b>154.931,0</b>
Imposto de Renda	90.295,8	112.966,5
IPI	17.714,2	21.740,2
Outros	10.925,4	20.224,3
<b>Contribuições</b>	<b>122.041,9</b>	<b>124.988,3</b>
Cofins	56.392,8	68.037,3
CPMF	20.535,4	1.090,4
CSLL	19.978,7	27.230,6
Cide - Combustíveis	4.564,9	3.944,2
Outras	20.570,1	24.685,8
<b>Demais</b>	<b>35.653,4</b>	<b>45.186,5</b>
Cota parte	10.608,0	15.510,2
Diretamente Arrecadada	11.309,2	13.266,5
Dividendos da União	5.531,2	5.263,4
Concessões	1.067,5	4.367,5
Outras	7.137,4	6.778,9
<b>Total Bruto</b>	<b>276.630,6</b>	<b>325.105,8</b>

<sup>1</sup> Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN - JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
<b>Impostos</b>	<b>8,22%</b>	<b>9,48%</b>
Imposto de Renda	6,24%	6,91%
IPI	1,22%	1,33%
Outros	0,76%	1,24%
<b>Contribuições</b>	<b>8,44%</b>	<b>7,65%</b>
Cofins	3,90%	4,16%
CPMF	1,42%	0,07%
CSLL	1,38%	1,67%
Cide - Combustíveis	0,32%	0,24%
Outras	1,42%	1,51%
<b>Demais</b>	<b>2,46%</b>	<b>2,77%</b>
Cota parte	0,73%	0,95%
Diretamente Arrecadada	0,78%	0,81%
Dividendos da União	0,38%	0,32%
Concessões	0,07%	0,27%
Outras	0,49%	0,41%
<b>Total Bruto</b>	<b>19,12%</b>	<b>19,90%</b>

<sup>1</sup> Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

- b) elevação de R\$ 8,5 bilhões (20,4%) no IRRF, devido ao crescimento de 26,7% no IRRF – Rendimentos do Trabalho, reflexo do crescimento da massa salarial, da diferença de fatos geradores entre os meses de janeiro de 2008 e de janeiro de 2007, por conta da regra de transição constante da Lei nº 11.196/2005 (art. 70, parágrafo único), e da maior lucratividade de empresas do setor financeiro, que elevou a distribuição da participação nos lucros ou resultados (PLR); e de 18,4% no IRRF – Remessas ao Exterior, decorrente de maior volume de remessas de rendimentos de trabalho e juros sobre capital próprio;
- c) incremento de R\$ 11,6 bilhões (20,6%) na Cofins e de R\$ 3,0 bilhões (19,8%) no PIS/Pasep, refletindo, em grande medida, o aumento das importações e do faturamento das empresas, com destaque para os setores de combustíveis, comércio atacadista, serviços financeiros, fabricação de veículos automotores e telecomunicações.
- d) aumento de R\$ 7,0 bilhões (162,0%) na arrecadação do IOF, devido a alteração nas alíquotas do imposto, em conformidade com os Decretos nºs 6.306/2007, 6.339/2008 e 6.345/2008, e arrecadação atípica, ocorrida em janeiro de 2008, de depósito judicial relativo a períodos anteriores, no valor de R\$ 167,0 milhões.
- e) crescimento de R\$ 4,0 bilhões (22,7%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: IPI – Automóveis, decorrente do aumento de vendas no mercado interno e de mudança de prazo de recolhimento, de decendial para mensal, com reflexo a partir de julho; IPI – Outros, decorrente do bom resultado apresentado pela indústria no acumulado do ano, em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para os setores de metalurgia, fabricação de produtos químicos e fabricação de veículos automotores; e IPI vinculado às importações, decorrente da elevação de 52,4% no valor em dólar das importações tributadas e de 2,3% na alíquota média efetiva do imposto, e da redução de 16,9% na taxa média de câmbio;
- f) elevação de R\$ 2,3 bilhões (35,1%) no Imposto de Importação, decorrente da elevação de 52,4% no valor em dólar das importações tributadas e de 5,9% na alíquota média do imposto, e da redução de 16,9% na taxa média de câmbio;
- g) acréscimo de R\$ 1,4 bilhão (18,0%) na arrecadação de IRPF, explicado principalmente pela arrecadação relativa ao item ganho de capital da alienação de bens (participações acionárias) e ao item declaração de ajuste; e

- h) redução de R\$ 19,4 bilhões na arrecadação da CPMF em decorrência de extinção desta contribuição para fatos geradores a partir de janeiro de 2008.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou acréscimo de R\$ 9,5 bilhões (26,7%) em relação ao mesmo período de 2007, decorrente de: i) aumento de R\$ 3,3 bilhões nas receitas de concessões, explicada, em grande medida, pela arrecadação, em março de 2008, relativa à 9ª rodada de licitação de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, e em maio, relativa a licenças para exploração da banda de terceira geração (3G) por parte das empresas operadoras do serviço de telefonia móvel celular, ambas sem correspondência em idênticos períodos do ano anterior; ii) incremento de R\$ 4,9 bilhões nas receitas de cota parte de compensações financeiras, em decorrência da elevação do preço internacional do petróleo; iii) aumento de R\$ 2,0 bilhões nas receitas diretamente arrecadadas, explicada, em parte, pelo aumento de R\$ 388,6 milhões do recolhimento anual da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) que integra o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel); e iv) decréscimo de R\$ 267,8 milhões na arrecadação de dividendos da União.

Em julho, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 9,3 bilhões contra R\$ 9,4 bilhões em junho, apresentando uma redução de R\$ 177,1 milhões. Concorreram para este comportamento: i) a redução de R\$ 672,8 milhões (8,6%) nas transferências aos fundos de participação, como consequência da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente no primeiro decêndio de junho; e ii) o acréscimo de R\$ 370,7 milhões nas transferências da CIDE – Combustíveis, pois estas somente ocorrem nos meses subsequentes ao encerramento de cada trimestre.

No ano, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, acréscimo de R\$ 12,4 bilhões (20,7%) em relação a igual período do ano anterior, elevando-se de R\$ 60,1 bilhões em 2007 para R\$ 72,5 bilhões em 2008. Tal elevação é explicada, em grande medida, pelo aumento de R\$ 11,0 bilhões (23,6%) nas transferências constitucionais, reflexo da maior arrecadação das receitas tributárias compartilhadas (IR e IPI) no período, e pelo acréscimo de R\$ 2,0 bilhões (34,7%) nos repasses de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo a gás natural, explicado pela elevação do preço internacional do petróleo.

Em julho, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 30,9 bilhões, apresentando aumento de R\$ 8,0 bilhões (35,1%) relativamente a junho, em de-

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JAN - JUL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
<b>Demais</b>	<b>35.653,4</b>	<b>45.186,5</b>
Cota parte	10.608,0	15.510,2
Plano do Servidor (CPSS)	3.732,6	4.166,6
Diretamente Arrecadada	11.309,2	13.266,5
Dividendos da União	5.531,2	5.263,4
Concessões	1.067,5	4.367,5
Outras	3.404,8	2.612,3

## Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2008 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUN/08	JUL/08
Constitucionais (IR/IPI/outros)	7.782,7	7.109,9
CIDE-Combustíveis	-	370,7
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	162,5	162,5
Demais	1.497,7	1.622,7
<b>Total</b>	<b>9.442,9</b>	<b>9.265,8</b>

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2008 (R\$ milhões)		
DECÊNDIO	Jun/08	Jul/08
Terceiro Decêndio	8.576,4	8.379,5
Primeiro Decêndio	5.848,3	3.703,9
Segundo Decêndio	2.577,8	3.318,8
<b>Total</b>	<b>17.002,4</b>	<b>15.402,1</b>

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN - JUL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Constitucionais (IR/IPI/outros)	46.634,5	57.644,0
CIDE - Combustíveis	1.379,5	1.302,7
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	2.549,0	1.153,6
Demais	9.517,2	12.404,5
<b>Total</b>	<b>60.080,2</b>	<b>72.504,8</b>

## Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2008 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUN/08	JUL/08
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>10.029,8</b>	<b>13.016,3</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>12.786,4</b>	<b>17.842,6</b>
Despesas do FAT	1.231,5	3.342,4
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	524,4	1.435,6
LOAS/RMV	1498,9	1344,7
Outras	9.531,6	11.719,9
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>72,3</b>	<b>68,1</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

#### SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2008 (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	JUN/08	JUL/08
<b>Agricultura</b>	<b>192,2</b>	<b>345,2</b>
Custeio Agropecuário	1,0	46,0
Investimento Rural	0,5	2,8
Preços Agrícolas	-36,9	59,0
- EGF	0,0	0,0
- AGF	-56,9	-0,1
- Sustent. de preços	20,0	59,0
Pronaf	49,1	85,6
Pesa	91,1	57,5
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	80,0	93,8
FUNCAFÉ	7,5	0,6
<b>Outros</b>	<b>68,4</b>	<b>784,5</b>
Habituação (PSH)	135,4	146,6
FND	-54,2	586,5
Exportação (Proex)	-12,9	51,5
<b>Total</b>	<b>260,6</b>	<b>1.129,7</b>

<sup>1</sup> Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

#### OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2008 (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	JUN/08	JUL/08
Sentenças Judiciais	13,7	28,5
Legislativo/Judiciário	444,4	464,1
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	601,3	800,2
Projeto Piloto de Investimento <sup>2</sup>	419,7	585,6
Outras <sup>3</sup>	149,5	66,8
<b>Discricionárias</b>	<b>7.902,9</b>	<b>9.774,7</b>
d/q Min. da Saúde	3.107,7	3.933,3
Min. do Des. Social	1.016,9	1.100,4
Min. da Educação	900,7	1.048,8
Min. da Defesa	651,0	668,5
Min. da Ciência e Tec.	319,3	452,2
Min. do Des. Agrário	182,2	258,2
Min. da Justiça	117,9	320,1
Min. da Previdência	73,8	160,4
Min. das Cidades	213,7	257,4
Demais	1.319,7	1.575,3
<b>Total</b>	<b>9.531,6</b>	<b>11.719,9</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

<sup>2</sup> Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 11.514, de 13/08/07 (LDO-2008).

<sup>3</sup> Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

corrência do crescimento dos gastos com pessoal e encargos sociais em R\$ 3,0 bilhões (29,8%) e dos dispêndios de custeio e capital em R\$ 5,1 bilhões (39,5%).

O acréscimo nos gastos com pessoal e encargos sociais é reflexo do adiantamento da parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) aos servidores do Poder Executivo Federal.

O aumento dos dispêndios de custeio e capital decorreu do crescimento das seguintes rubricas: i) seguro-desemprego e abono salarial do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no montante de R\$ 2,1 bilhões (171,4%); ii) Outras Despesas de Custeio e Capital, no valor de R\$ 2,2 bilhões (23,0%), e iii) Subsídios e Subvenções Econômicas, no montante de R\$ 911,2 milhões (173,7%). Por outro lado, verificou-se queda de R\$ 154,2 milhões nos dispêndios com LOAS/RMV.

No caso das despesas do FAT, verificou-se pagamento de R\$ 2,0 bilhões com benefícios de abono salarial PIS/Pasep, em julho, contra R\$ 44,0 milhões, em junho, em decorrência da abertura do calendário de pagamento do abono salarial referente ao exercício 2008/2009 (julho/2008 a junho/2009), conforme Resolução Codefat nº 579, de 24 de junho de 2008.

No âmbito das Outras Despesas de Custeio e Capital, houve aumento relativamente a junho de R\$ 1,9 bilhão (23,7%) nas despesas discricionárias, concentradas principalmente nos Ministérios da Saúde (R\$ 825,6 milhões), da Justiça (R\$ 202,3 milhões) e da Educação (R\$ 148,1 milhões). A execução do Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) foi de R\$ 585,6 milhões, superior ao observado no mês anterior em R\$ 165,9 milhões (39,5%).

Em relação aos Subsídios e Subvenções Econômicas, o acréscimo decorreu, principalmente, de dispêndios no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND que passou de empréstimo líquido de R\$ 54,2 milhões, em junho, para gasto de R\$ 586,5 milhões, em julho.

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 9,71% do PIB, contra 9,65% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 19,1 bilhões (13,7%) em relação a 2007, destacando-se os incrementos de R\$ 6,2 bilhões (9,3%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais, e de R\$ 12,7 bilhões (17,4%) nas Despesas de Custeio e Capital.

## Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

Os dispêndios com a folha salarial registram redução de 0,15 p.p em relação ao PIB no período, passando de 4,59% em 2007, para 4,44% em 2008. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento foi de R\$ 2,5 bilhões (18,5%) e no Poder Executivo, acréscimo de R\$ 3,4 bilhões (6,4%). Parte do aumento da despesa no âmbito do Poder Executivo decorreu da reestruturação de carreiras dos servidores públicos civis e militares. Por sua vez, os precatórios de pessoal das Justiças do Trabalho e Federal apresentaram aumento de R\$ 883,2 milhões (41,4%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 5,04% para 5,24% do PIB, (acrécimo de 0,20 p.p.), impulsionado pelo incremento de 0,14 p.p. na rubrica 'Outras Despesas de Custeio e Capital', acréscimo de 0,03 p.p. nas despesas com abono salarial, seguro desemprego e gastos operacionais do FAT e 0,03 p.p. nos dispêndios com LOAS/RMV. Por outro lado, houve queda de 0,01 p.p. do PIB nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas.

As despesas do FAT atingiram R\$ 10,9 bilhões nos sete primeiros meses de 2007, contra R\$ 9,2 bilhões em igual período do ano anterior. O acréscimo decorre não somente do aumento do salário mínimo, mas também do número de beneficiários identificados, que passou de 14,1 milhões para 14,3 milhões de trabalhadores.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>4,59%</b>	<b>4,44%</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>5,04%</b>	<b>5,24%</b>
Despesas do FAT	0,64%	0,67%
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	0,25%	0,24%
LOAS/RMV	0,53%	0,56%
Outras	3,63%	3,77%
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>0,02%</b>	<b>0,03%</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

*De janeiro a julho de 2008, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, reduziram de 4,59% para 4,44% do PIB, em relação ao mesmo período do exercício anterior, ficando 3,2% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período.*

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS  
BRASIL, 2007-2008**

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idoso	Variação em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média jan-jul/01	1.260.474	-	429.098	-	831.377	-
média jan-jul/02	1.405.605	12%	506.630	18%	898.975	8%
média jan-jul/03	1.603.333	14%	611.556	21%	991.777	10%
média jan-jul/04	1.820.834	14%	764.626	25%	1.056.208	6%
média jan-jul/05	2.130.701	17%	976.885	28%	1.153.817	9%
média jan-jul/06	2.348.698	10%	1.107.475	13%	1.241.223	8%
média jan-jul/07	2.530.315	8%	1.214.966	10%	1.315.349	6%
média jan-jul/08	2.756.897	9%	1.332.094	10%	1.424.804	8%

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 1,5 bilhão (19,6%) em relação ao acumulado até julho de 2007. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário mínimo nos anos de 2007 e 2008 e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 9,0% no período de janeiro a julho de 2008 relativamente a 2007 (média contra média).

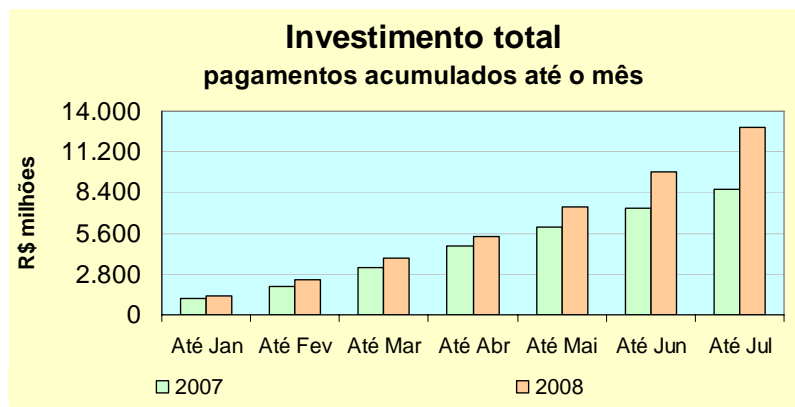
**SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS**  
 BRASIL, JAN - JUL (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	2007	2008
<b>Agricultura</b>	<b>2.317,2</b>	<b>1.852,8</b>
Custeio Agropecuário	504,2	218,6
Investimento Rural	8,7	27,6
Preços Agrícolas	942,2	499,4
- EGF	6,5	4,1
- AGF	148,2	-236,1
- Sustent. de preços	787,5	731,5
Pronaf	376,7	522,3
Pesa	197,4	244,3
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	288,0	324,9
FUNCAFÉ	0,0	15,7
<b>Outros</b>	<b>-137,1</b>	<b>579,3</b>
Habitação (PSH)	126,4	282,0
FND	-387,7	237,7
Exportação (Proex)	124,2	59,6
<b>Total</b>	<b>2.180,1</b>	<b>2.432,2</b>

<sup>1</sup> Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

Do total de benefícios pagos, 1,3 milhão foi destinado aos idosos e 1,4 milhão aos portadores de deficiência.

Nos primeiros sete meses de 2008, as despesas com Subsídios, Subvenções Econômicas e Reordenamento de Passivos alcançaram R\$ 3,9 bilhões, contra R\$ 3,6 bilhões em 2007. Houve aumento de R\$ 376,5 milhões (10,6%), devido ao incremento nos dispêndios no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento (R\$ 625,3 milhões), no Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH (R\$ 155,6 milhões) e no Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf (R\$ 145,7 milhões).


**OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL**  
 BRASIL, JAN - JUL (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Sentenças Judiciais	1.146,6	1.421,7
Legislativo/Judiciário	2.744,9	3.028,4
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	2.246,9	3.740,1
Projeto Piloto de Investimento <sup>2</sup>	1.611,3	3.310,3
Outras <sup>3</sup>	506,9	625,4
Discricionárias	44.193,2	49.448,8
d/q Min. da Saúde	20.710,7	21.838,2
Min. do Des. Social	5.932,8	6.946,5
Min. da Educação	3.855,9	5.467,8
Min. da Defesa	2.770,5	2.986,2
Min. da Ciência e Tec.	1.438,5	1.674,0
Min. do Des. Agrário	935,8	987,2
Min. da Previdência	718,1	647,5
Min. da Justiça	693,2	866,2
Min. dos Transportes	631,0	900,8
Demais	6.506,8	7.134,4
<b>Total</b>	<b>52.449,9</b>	<b>61.574,8</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

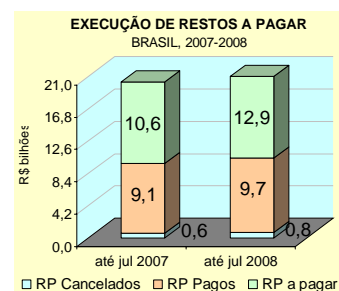
<sup>2</sup> Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.514, de 13/08/07 (LDO-2008).

<sup>3</sup> Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 9,1 bilhões no período (17,4%), sendo R\$ 4,2 bilhões (48,6%) relativos aos investimentos totais e R\$ 4,9 bilhões (11,2%) a outras correntes. Enquanto a variação dos gastos de custeio ficou 1,5% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período, os gastos de capital cresceram 31,6% acima da variação do PIB. Destaque para o aumento da execução de despesas por meio de crédito extraordinário (R\$ 1,5 bilhão) em relação ao primeiro semestre de 2007. Além disso, as despesas com o Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) – passíveis de redução da meta de superávit primário (nos termos do art. 3º da LDO de 2008) – totalizaram R\$ 3,3 bilhões em 2008 contra R\$ 1,6 bilhão (105,4%) no ano anterior. Os gastos discricionários cresceram R\$ 5,3 bilhões (11,9%). Desse total corresponderam às despesas com os Ministérios da Educação, R\$ 1,6 bilhão, com o Ministério da Saúde, R\$ 1,1 bilhão, e com o Ministério do Desenvolvimento Social, R\$ 1,0 bilhão. Por outro lado, registrou-se redução das despesas discricionárias no Ministério da Previdência Social (R\$ 70,6 milhões).

O montante pago de restos a pagar (RP) até julho de 2008 correspondeu a R\$ 9,7 bilhões, equivalente a 37,3% do total de RP inscritos (menos cancela-

mentos) contra 42,8% no mesmo período do ano anterior. Dos RP pagos em 2008, R\$ 4,8 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 32,6% do total de restos a pagar de investimento do ano, concentrados principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 719,3 milhões), da Saúde (R\$ 660,8 milhões), dos Transportes (R\$ 500,0 milhões) e da Defesa (R\$ 431,7 milhões).



Em julho, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 2,2 bilhões, inferior em R\$ 686,0 milhões ao registrado em junho (redução de 24,0%). No acumulado do ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 20,3 bilhões contra R\$ 24,0 bilhões observados no mesmo período de 2007 (decréscimo de 15,3%).

## Previdência Social

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	JUN 2008	JUL 2008	JAN - JUL 2007 2008	
<b>I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>12.942,8</b>	<b>13.230,2</b>	<b>74.031,5</b>	<b>86.732,9</b>
Arrecadação Bruta	14.327,3	14.660,8	82.047,2	96.852,1
- Contribuição Previdenciária	13.245,6	13.564,2	75.281,1	89.598,3
- Simples	896,7	890,8	5.145,8	5.921,7
- CFT	57,5	51,0	438,8	420,5
- Depósitos Judiciais	102,1	128,6	859,2	737,6
- Refis	25,4	26,1	161,2	174,0
- Outras Receitas	0,0	0,0	161,1	0,0
(-) Restituição/Devolução	-62,1	-38,6	-301,3	-176,8
(-) Transferências a Terceiros	-1.322,4	-1.392,0	-7.714,4	-9.942,4
<b>II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>15.806,1</b>	<b>15.407,5</b>	<b>98.028,2</b>	<b>107.066,4</b>
<b>III. RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>-2.863,3</b>	<b>-2.177,3</b>	<b>-23.996,7</b>	<b>-20.333,5</b>
<b>IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>-1,66%</b>	<b>-1,24%</b>

*Em julho, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 2,2 bilhões. No período de janeiro a julho de 2008, o déficit atingiu R\$ 20,3 bilhões, equivalentes a 1,24% do PIB. Em igual período de 2007, o déficit acumulado chegou a R\$ 24,0 bilhões, correspondentes a 1,66% do PIB. O déficit do RGPS foi 15,3% abaixo do verificado nos sete primeiros meses de 2007. Em proporção do PIB, o déficit previdenciário caiu 0,42 p.p.*

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 13,2 bilhões em julho, representando elevação de R\$ 287,5 milhões (2,2%) frente aos ingressos líquidos do mês anterior. Em relação aos primeiros sete meses de 2007, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 12,7 bilhões (17,2%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação das contribuições previdenciárias, que passou de R\$ 75,3 bilhões para R\$ 89,6 bilhões (elevação de 19,0%), explicada sobretudo pelo crescimento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2007 e junho de 2008 foi 14,9% superior à verificada no período correspondente em 2006/2007.

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Contribuição	74.031,5	86.732,9	17,2%
Benefícios	98.028,2	107.066,4	9,2%
<b>Res. Primário</b>	<b>-23.996,7</b>	<b>-20.333,5</b>	<b>-15,3%</b>

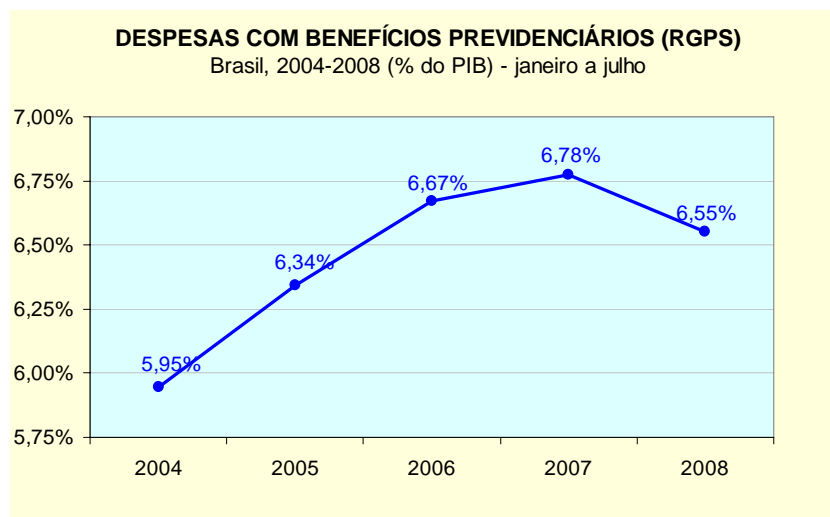
BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, MÉDIA JAN-JUL			
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Quantidade RGPS*	21,7	22,3	2,5%
Valor médio RGPS**	553,6	591,3	6,8%

(\*) em milhões  
(\*\*) em R\$ 1,00

As despesas com benefícios apresentaram, em julho, redução de R\$ 398,5 milhões (2,5%) com relação ao mês anterior. No acumulado do ano, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 9,0 bilhões (9,2%), atingindo o montante de R\$ 107,1 bilhões. Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: i) aumento de R\$ 37,71 (6,8%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e ii) elevação de 533,1 mil (2,5%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a julho de cada ano. Observa-se que tais despesas reduziram-se em percentual do PIB de 2007 para 2008: de 6,78% para 6,55%.

*Em percentual do PIB, as despesas com benefícios previdenciários do RGPS passaram de 6,78% do PIB no acumulado de janeiro a julho de 2007 para 6,55% do PIB no mesmo período em 2008.*



No estoque de benefícios dos primeiros sete meses de 2008, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, destacam-se os aumentos de 514,4 mil aposentadorias (3,8%) e de 179,7 mil pensões por morte (2,9%), e a redução de 172,5 mil benefícios de auxílio-doença (11,4%).

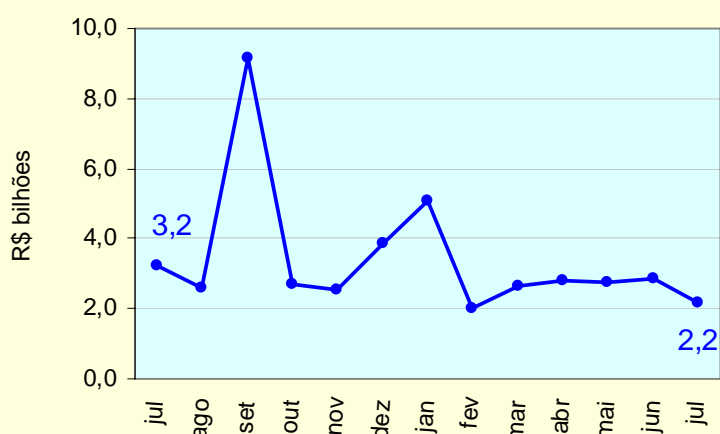
**TABELA 3**  
**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2007-2008**

	Em mil benefícios			
	JUN		JUL	
	2008	2008	2007	2008
<b>Benefícios do RGPS</b>	<b>22.451</b>	<b>22.493</b>	<b>21.734</b>	<b>22.267</b>
<b>Previdenciários</b>	<b>21.663</b>	<b>21.705</b>	<b>20.994</b>	<b>21.491</b>
Aposentadorias	14.155	14.206	13.543	14.055
Idade	7.322	7.350	6.978	7.271
Invalidez	2.804	2.812	2.736	2.786
Tempo de contribuição	4.029	4.044	3.829	3.998
Pensão por morte	6.177	6.192	5.966	6.146
Auxílio-Doença	1.232	1.206	1.408	1.201
Salário - maternidade	57	57	40	48
Outros	43	43	36	41
<b>Acidentários</b>	<b>788</b>	<b>787</b>	<b>741</b>	<b>776</b>
Aposentadorias	151	152	147	150
Pensão por morte	128	128	129	129
Auxílio - doença	155	155	110	144
Auxílio - acidente	271	272	270	271
Auxílio - suplementar	81	81	85	82

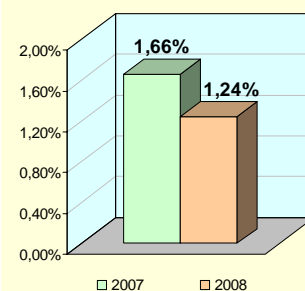
Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,19 ponto percentual em relação ao período de janeiro a julho do ano passado, enquanto os gastos com benefícios previdenciários reduziram-se de 0,23 ponto percentual. Como resultado, o déficit primário do RGPS caiu para 1,24% do PIB, 0,42 ponto percentual menor que o mesmo nível registrado em idêntico período de 2007 (1,66%).

<b>RESULTADO DA PREVIDÊNCIA</b> BRASIL, JAN - JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Contribuição	5,12%	5,31%
Benefícios	6,78%	6,55%
<b>Res. Primário</b>	<b>-1,66%</b>	<b>-1,24%</b>

**DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
BRASIL, 2007/2008

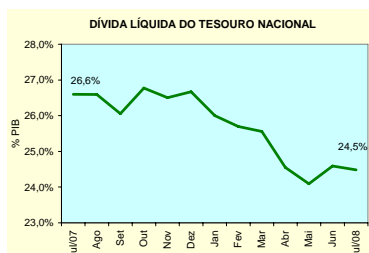


**DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
BRASIL, Jan-Jul (% do PIB)



## **DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

*Em julho, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional atingiu 24,5% do PIB, inferior em 0,1 p.p. ao registrado em junho.*



A Dívida Líquida do Tesouro Nacional em julho totalizou R\$ 719,1 bilhões, resultando em um aumento de R\$ 1,2 bilhão em relação ao saldo do mês anterior, reflexo do crescimento de R\$ 3,7 bilhões na dívida interna líquida, compensado em parte pela redução de R\$ 2,6 bilhões da dívida externa líquida. Em relação ao PIB, no entanto, houve redução de 0,1 ponto percentual da DLTN no mesmo período.

**TABELA 4**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2007/2008**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007	2008	
	JUL	JUN	JUL
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>553.860</b>	<b>622.144</b>	<b>625.860</b>
I.1. Dívida Interna	1.491.537	1.675.479	1.607.107
I.2. Haveres Internos	937.676	1.053.335	981.247
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>118.019</b>	<b>95.817</b>	<b>93.260</b>
II.1. Dívida Externa	118.277	96.112	93.515
II.2. Haveres Externos	258	295	255
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>671.879</b>	<b>717.961</b>	<b>719.120</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>\1</sup></b>	<b>26,6%</b>	<b>24,6%</b>	<b>24,5%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

\1 PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

Em comparação ao ano anterior, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional teve queda de 2,1 pontos percentuais do PIB, diminuindo de 26,6% em julho de 2007 para 24,5% em julho de 2008. Em termos nominais, houve crescimento de R\$ 47,2 bilhões, consequência do aumento no estoque da Dívida Interna Líquida, de R\$ 72,0 bilhões, contra uma redução na Dívida Externa Líquida de R\$ 24,8 bilhões no período.

### **Dívida Interna Líquida**

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de julho em R\$ 625,9 bilhões, equivalente a 21,3% do PIB. Em comparação ao mês de junho, houve aumento de R\$ 3,7 bilhões em termos nominais, embora em relação ao PIB tenha permanecido estável. Essa variação está associada à redução de R\$ 72,1 bilhões nos haveres internos, compensada em parte pela diminuição de R\$ 68,4 bilhões na dívida interna.

A queda no estoque total da dívida interna decorreu da diminuição da DPMFi, principal componente das obrigações do Tesouro Nacional, em R\$ 68,4 bilhões (4,1%), relativamente a junho, situando-se 2,7 pontos percentuais do PIB abaixo da relação verificada no mês anterior. Em termos nominais, houve redução de R\$ 42,9 bilhões (3,4%) no estoque em poder do público e R\$ 25,1 bilhões (5,9%) no estoque em poder do Banco Central.

*A Dívida Interna Líquida atingiu R\$ 625,9 bilhões, elevação de R\$ 3,7 bilhões em relação ao mês anterior.*

**TABELA 5**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2007/2008**

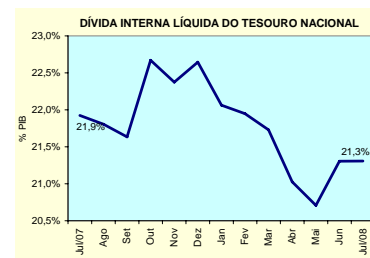
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007	2008	
	JUL	JUN	JUL
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.491.537</b>	<b>1.675.479</b>	<b>1.607.107</b>
I.1. Dívida Mobiliária	1.468.976	1.653.063	1.584.613
DPMFi em Poder do Público <sup>1</sup>	1.171.118	1.247.290	1.204.405
DPMFi em Poder do Banco Central	310.597	423.665	398.582
(-) Aplicações em Títulos Públicos <sup>2</sup>	(12.739)	(17.892)	(18.374)
I.2. Demais Obrigações Internas	22.561	22.417	22.494
<b>II. HAVERES INTERNOS</b>	<b>937.676</b>	<b>1.053.335</b>	<b>981.247</b>
II.1. Disponibilidades Internas	252.122	301.565	222.232
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	398.421	432.146	439.179
II.3. Haveres da Administração Indireta	183.086	198.780	198.562
II.4. Haveres Administrados pela STN	104.047	120.844	121.274
<b>III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>553.860</b>	<b>622.144</b>	<b>625.860</b>
<b>IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>3</sup></b>	<b>21,9%</b>	<b>21,3%</b>	<b>21,3%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui TDA e dívida securitizada.

<sup>2</sup> Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

<sup>3</sup> PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.



A diminuição do estoque da DPMFi resultou da ocorrência de resgate líquido de R\$ 57,5 bilhões dos títulos em poder do público e de R\$ 29,6 bilhões dos títulos na carteira do Banco Central. As emissões ao público totalizaram R\$ 33,3 bilhões, contra R\$ 90,8 bilhões de resgate, compensados em parte pela apropriação de R\$ 14,6 bilhões de juros. Na carteira do Banco Central houve resgate de R\$ 29,6 bilhões, reflexo do relacionamento daquela instituição com o Tesouro Nacional, e apropriação de juros de R\$ 4,5 bilhões.

As variações mais expressivas na carteira em poder do público foram: crescimento de R\$ 13,7 bilhões no estoque de LFT em função da emissão líquida de R\$ 9,1 bilhões mais incorporação de juros de R\$ 4,6 bilhões. Por sua vez, o estoque de LTN apresentou o resgate líquido de R\$ 63,7 bilhões, compensado em parte pela incorporação de juros em R\$ 2,4 bilhões, resultando na redução do estoque desses títulos em R\$ 61,3 bilhões. Esse volume de resgates das LTN é explicado pela concentração de vencimentos desses títulos no primeiro mês de cada trimestre, conforme o Plano Anual de Financiamento da Dívida Pública – PAF.

**DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL**  
**BRASIL, 2007/2008**

Título	R\$ bilhões		
	2007	2008	
	JUL	JUN	JUL
Em Poder do Público	1.171	1.247	1.204
LFT	412,6	429,8	443,5
LTN	309,8	287,9	226,6
NTN-B	216,2	276,9	284,0
NTN-C	62,1	57,7	57,4
NTN-F	115,5	145,8	145,3
Demais <sup>1</sup>	54,9	49,3	47,6
Aplic. em Tít. Púb.	-12,7	-17,9	-18,4
Na carteira do BCB	310,6	423,7	398,6
<b>Total</b>	<b>1.469,0</b>	<b>1.653,1</b>	<b>1.584,6</b>
<b>% PIB</b>	<b>58,15%</b>	<b>56,61%</b>	<b>53,95%</b>

<sup>1</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

*A DPMFi em poder do público apresentou resgate líquido de R\$ 57,5 bilhões, com destaque para a LTN com resgate líquido de R\$ 63,7 bilhões.*

**TABELA 6**  
**VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, JUL/2008**

R\$ bilhões

Título	Saldo Jun/08	Fatores de Variação <sup>17</sup>			Saldo Jul/08
		Emissões	Resgates <sup>12</sup>	Juros <sup>13</sup>	
Em poder do público	1.247,3	33,3	-90,8	14,6	1.204,4
LFT	429,8	12,3	-3,2	4,6	443,5
LTN	287,9	4,2	-67,9	2,4	226,6
NTN-B	276,9	11,1	-8,1	4,1	284,0
NTN-C	57,7	0,0	-1,7	1,5	57,4
NTN-F	145,8	5,2	-7,2	1,6	145,3
Demais <sup>14</sup>	49,3	0,5	-2,6	0,4	47,6
Na carteira do BCB	423,7	0,0	-29,6	4,5	398,6
<b>Total</b>	<b>1.671,0</b>	<b>33,3</b>	<b>-120,3</b>	<b>19,1</b>	<b>1.603,0</b>

(\*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

<sup>17</sup> Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

<sup>12</sup> Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

<sup>13</sup> Refere-se aos juros nominais apropriados por competência.

<sup>14</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

**HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS**  
**BRASIL, 2007/2008**

R\$ bilhões

Discriminação	2007		2008
	JUL	JUN	JUL
Lei 9.496/97	271,1	305,1	311,0
MP 2.185/01	42,1	47,6	48,6
Lei 8.727/93	45,6	42,5	42,4
Antecipação de Royalties	13,6	12,8	13,0
Bônus Renegociados	8,3	6,5	6,4
Lei 7.976/89	2,3	1,3	1,2
Demais Haveres	15,4	16,4	16,6
<b>Total</b>	<b>398,4</b>	<b>432,1</b>	<b>439,2</b>
% PIB	15,77%	14,80%	14,95%

Os haveres internos totalizaram R\$ 981,2 bilhões, apresentando uma redução de R\$ 72,1 bilhões, ou 6,8% em relação ao mês anterior. Houve redução de R\$ 79,3 bilhões nas disponibilidades internas e aumento de R\$ 7,0 bilhões (0,2 p.p. do PIB) nos haveres juntos aos Governos Regionais.

A expansão verificada nos haveres junto aos entes da federação foi reflexo dos aumentos ocorridos nos saldos de haveres no âmbito da Lei nº 9.496/1997 e da MP nº 2.185/2001, decorrentes da atualização monetária dos saldos.

**HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**  
**BRASIL, 2007/2008**

R\$ bilhões

Entidade	2007		2008
	JUL	JUN	JUL
FAT	123,8	130,8	129,5
Fundos Regionais	36,3	41,8	42,2
Demais	23,0	26,2	26,9
<b>Total</b>	<b>183,1</b>	<b>198,8</b>	<b>198,6</b>

O saldo dos haveres da administração indireta, por sua vez, apresentou pequena diminuição, R\$ 0,2 bilhão, reflexo da redução de R\$ 1,3 bilhão nas disponibilidades do FAT, e expansão de R\$ 1,1 bilhão do patrimônio líquido dos fundos constitucionais regionais e demais fundos. Os haveres administrados pelo Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 430,9 milhões em relação ao mês anterior.

## **Dívida Externa Líquida**

A Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional em julho reduziu-se em R\$ 2,6 bilhões ou 2,7% em relação ao mês anterior, totalizando no mês R\$ 93,3 bilhões contra R\$ 95,8 bilhões em junho. Em proporção do PIB, a redução foi de 0,1 ponto percentual, caindo de 3,3% no mês anterior para 3,2% em julho. Essa queda é explicada pelos resgates líquidos de títulos da dívida mobiliária, R\$ 1,8 bilhão, e pela apreciação cambial no período que contribuiu com R\$ 1,5 bilhão para a redução da dívida expressa em moeda nacional. Do montante total da

dívida externa, a dívida mobiliária de R\$ 71,9 bilhões representa 76,9% do total e a dívida contratual de R\$ 21,6 bilhões corresponde a 23,1%.

**TABELA 7**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2007/2008**

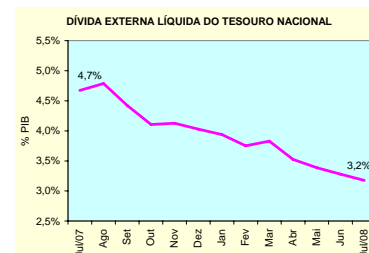
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007 JUL	2008 JUN	2008 JUL
<b>I. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>118.277</b>	<b>96.112</b>	<b>93.515</b>
I.1. Dívida Mobiliária	92.386	74.145	71.924
Euro	12.974	10.104	9.925
Global US\$	68.758	53.001	51.457
Global BRL	10.268	10.763	10.268
Demais	387	277	274
I.2. Dívida Contratual	25.890	21.968	21.591
Organismos Internacionais	21.497	18.462	18.141
Bancos Privados e Agências Governamentais	4.393	3.506	3.450
<b>II. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>258</b>	<b>295</b>	<b>255</b>
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	258	295	255
<b>III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>118.019</b>	<b>95.817</b>	<b>93.260</b>
<b>IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>4,7%</b>	<b>3,3%</b>	<b>3,2%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

*A Dívida Externa Líquida em julho totalizou R\$ 93,3 bilhões, equivalente a 3,2% do PIB. Esse saldo é inferior ao do mês anterior em R\$ 2,6 bilhões.*

Em comparação ao ano anterior, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional apresentou significativa redução, R\$ 24,8 bilhões, ou o equivalente a 1,5 ponto percentual do PIB, passando de R\$ 118,0 bilhões em julho de 2007 para R\$ 93,3 bilhões em julho de 2008.



**TABELA 8**  
**VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL**  
**BRASIL, JUL/2008**

Discriminação	Saldo Jun/08	Fatores de Variação <sup>1</sup>				Saldo Jul/08
		Emissões	Resgates <sup>2</sup>	Juros <sup>3</sup>	Variação Cambial	
<b>Dívida Mobiliária</b>	<b>74.145</b>	-	(1.779)	638	(1.080)	<b>71.924</b>
Euro	53.001	-	(1.185)	468	(827)	51.457
Global US\$	10.104	-	-	69	(248)	9.925
Global BRL	10.763	-	(594)	99	(0)	10.268
Demais	277	-	-	1	(4)	274
<b>Dívida Contratual</b>	<b>21.968</b>	<b>84</b>	(117)	63	(406)	<b>21.591</b>
Org. Internacionais	18.462	39	(95)	47	(311)	18.141
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.506	44	(22)	16	(95)	3.450
<b>Total</b>	<b>96.112</b>	<b>84</b>	<b>(1.896)</b>	<b>701</b>	<b>(1.486)</b>	<b>93.515</b>

<sup>1</sup> Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimos) ao saldo da obrigação.

<sup>2</sup> Inclui pagamentos regulares e antecipados, cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

<sup>3</sup> Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

# Anexos

## **a) Lista de Abreviaturas**

### **b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central

**Tabela A2** – Execução Financeira do Tesouro Nacional

**Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

**Tabela A4** – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

### **c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

**Tabela A6** – Dívida do Tesouro Nacional

**Tabela A7** – Haveres do Tesouro Nacional

### **d) Outras Informações**

**Tabela A8** – Investimento do Governo Federal por Órgão até Julho 2008/2007

### **e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios**

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

Boletim Fundeb

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

---

### **Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal**

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica  
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira  
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público  
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido  
Emgea – Empresa Gestora de Ativos  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento  
FPE – Fundo de Participação de Estados  
FPM – Fundo de Participação de Municípios  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física  
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
Paes – Parcelamento Especial  
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos  
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIS – Programa de Integração Social  
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito  
Proex – Programa de Incentivo às Exportações  
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSH – Programa de Subsídio à Habitação  
Refis – Programa de Recuperação Fiscal  
RFB – Receita Federal do Brasil  
RGPS – Regime Geral da Previdência Social  
RMV – Renda Mensal Vitalícia

### **Abreviaturas mais comuns da Dívida**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)  
CVS – título representativo da dívida do FCVS  
DPFe – Dívida Pública Federal Externa  
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna  
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais  
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)  
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITR – Imposto Territorial Rural  
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado  
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)  
LTN – Letras do Tesouro Nacional  
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)  
PAF – Plano Anual de Financiamento  
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
TDA – Títulos da Dívida Agrária  
TR – Taxa Referencial

	Jul/2007	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2008
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>50.874,9</b>	<b>48.673,0</b>	<b>49.294,9</b>	<b>54.692,0</b>	<b>52.552,1</b>	<b>67.121,6</b>	<b>64.569,0</b>	<b>50.116,0</b>	<b>55.681,6</b>	<b>63.541,3</b>	<b>54.830,0</b>	<b>56.207,5</b>	<b>62.844,3</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>39.608,0</b>	<b>36.891,7</b>	<b>37.834,8</b>	<b>42.886,6</b>	<b>40.627,7</b>	<b>47.081,3</b>	<b>53.226,3</b>	<b>38.065,6</b>	<b>43.408,4</b>	<b>50.766,4</b>	<b>42.038,1</b>	<b>43.132,7</b>	<b>49.488,4</b>
I.1.1. Receita Bruta	40.913,9	38.808,9	39.374,0	44.584,6	42.689,0	48.837,2	53.477,3	38.286,4	43.743,1	51.098,9	42.367,2	45.114,3	51.018,6
- Impostos	17.117,5	16.704,6	16.364,9	19.436,0	18.950,0	24.016,6	25.502,7	18.445,6	21.254,7	24.140,0	19.388,9	22.117,7	24.081,5
- Contribuições	18.634,0	18.035,5	18.512,3	19.522,3	19.796,9	20.239,2	20.957,3	15.903,6	15.877,9	18.456,8	16.237,5	18.547,3	19.007,8
- Demais <sup>1</sup>	5.162,3	4.068,8	4.496,7	5.626,4	3.942,1	4.581,4	7.017,3	3.937,3	6.610,5	8.502,1	6.740,8	4.449,3	7.929,2
I.1.2. (-) Restituições	-1.305,9	-1.917,3	-1.529,2	-1.698,0	-2.061,3	-1.756,0	-251,0	-220,8	-334,7	-332,4	-329,1	-1.981,6	-1.530,2
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-10,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>11.195,1</b>	<b>11.684,0</b>	<b>11.392,6</b>	<b>11.711,9</b>	<b>11.763,4</b>	<b>19.828,3</b>	<b>11.206,9</b>	<b>11.927,5</b>	<b>12.134,0</b>	<b>12.641,6</b>	<b>12.650,0</b>	<b>12.942,8</b>	<b>13.230,2</b>
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>71,8</b>	<b>97,3</b>	<b>67,5</b>	<b>93,5</b>	<b>161,0</b>	<b>212,0</b>	<b>135,8</b>	<b>122,9</b>	<b>139,2</b>	<b>133,3</b>	<b>141,9</b>	<b>132,0</b>	<b>125,7</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>7.733,1</b>	<b>8.487,2</b>	<b>7.896,9</b>	<b>8.123,3</b>	<b>9.551,4</b>	<b>11.465,8</b>	<b>10.217,4</b>	<b>11.350,3</b>	<b>9.891,9</b>	<b>10.442,0</b>	<b>11.894,4</b>	<b>9.442,9</b>	<b>9.265,8</b>
II.1. Transferências Constitucionais (PI, IR e outras)	5.858,6	6.164,5	6.401,7	6.066,9	7.055,4	9.915,9	8.482,3	9.317,6	7.398,4	8.559,2	8.993,9	7.782,7	7.109,9
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	270,8	271,6	270,8	269,5	268,8	258,2	15,2	0,0	488,4	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	465,9	0,0	0,0	470,8	0,0	471,6	0,0	471,6	0,0	460,4	0,0	0,0	370,7
II.4. Demais	1.137,7	2.051,1	1.224,3	1.316,1	2.227,2	1.291,7	1.248,3	2.032,7	2.005,1	1.259,9	2.738,0	1.497,7	1.622,7
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>43.141,8</b>	<b>40.185,8</b>	<b>41.398,0</b>	<b>46.568,7</b>	<b>43.000,7</b>	<b>55.655,8</b>	<b>54.351,6</b>	<b>38.765,7</b>	<b>45.789,7</b>	<b>53.099,3</b>	<b>42.935,7</b>	<b>46.764,6</b>	<b>53.578,5</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>37.979,2</b>	<b>36.522,2</b>	<b>41.359,3</b>	<b>36.690,7</b>	<b>38.496,6</b>	<b>63.708,2</b>	<b>38.991,1</b>	<b>33.550,4</b>	<b>35.184,5</b>	<b>36.380,6</b>	<b>37.387,5</b>	<b>38.847,0</b>	<b>46.513,3</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais<sup>1</sup></b>	<b>11.104,7</b>	<b>8.682,0</b>	<b>8.962,2</b>	<b>9.015,0</b>	<b>10.024,7</b>	<b>13.240,5</b>	<b>12.570,9</b>	<b>9.506,4</b>	<b>9.031,8</b>	<b>9.074,9</b>	<b>9.387,7</b>	<b>10.029,8</b>	<b>13.016,3</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>14.407,9</b>	<b>14.270,4</b>	<b>20.550,4</b>	<b>14.406,3</b>	<b>14.324,1</b>	<b>23.714,2</b>	<b>16.295,8</b>	<b>13.954,8</b>	<b>14.769,9</b>	<b>15.428,8</b>	<b>15.403,5</b>	<b>15.806,1</b>	<b>15.407,5</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>12.306,0</b>	<b>13.362,0</b>	<b>11.678,2</b>	<b>13.071,8</b>	<b>13.899,0</b>	<b>26.396,6</b>	<b>9.902,3</b>	<b>9.903,5</b>	<b>11.129,8</b>	<b>11.630,6</b>	<b>12.372,0</b>	<b>12.786,4</b>	<b>17.842,6</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	2.656,8	2.300,4	1.626,2	1.957,1	1.739,9	1.648,8	1.107,5	1.373,8	1.197,0	1.174,0	1.450,2	1.231,5	3.342,4
- Abono e Seguro Desemprego	2.584,1	2.271,9	1.555,2	1.917,6	1.710,5	1.460,5	1.040,9	1.354,2	1.167,9	1.147,1	1.416,6	1.197,0	3.286,2
- Demais Despesas do FAT	72,7	28,4	71,0	39,5	29,4	188,3	66,5	19,6	29,1	26,9	33,5	34,5	56,2
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas <sup>3</sup>	364,2	657,3	522,5	1.200,6	2.017,4	2.055,1	438,0	175,3	484,9	557,5	328,8	524,4	1.435,6
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	179,9	546,9	339,1	922,0	1.934,4	1.880,0	233,3	117,7	256,0	318,2	116,6	260,6	1.129,7
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	184,3	110,5	183,3	278,6	83,0	175,2	204,7	57,5	228,9	239,3	212,2	263,8	305,9
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) <sup>4</sup>	1.159,1	1.164,0	1.169,7	1.182,2	1.184,3	1.824,4	1.194,3	1.201,0	1.267,6	1.331,1	1.334,0	1.498,9	1.344,7
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	8.125,9	9.240,3	8.359,8	8.732,0	8.957,4	20.868,2	7.162,5	7.153,4	8.180,3	8.568,0	9.259,0	9.531,6	11.719,9
<b>IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central</b>	<b>11,7</b>	<b>38,1</b>	<b>11,1</b>	<b>38,6</b>	<b>64,6</b>	<b>130,2</b>	<b>23,5</b>	<b>68,2</b>	<b>81,9</b>	<b>74,0</b>	<b>63,3</b>	<b>72,3</b>	<b>68,1</b>
<b>IV.5. Despesas do Banco Central</b>	<b>148,9</b>	<b>169,7</b>	<b>157,4</b>	<b>159,1</b>	<b>184,2</b>	<b>226,7</b>	<b>198,6</b>	<b>117,5</b>	<b>171,1</b>	<b>172,3</b>	<b>161,0</b>	<b>152,4</b>	<b>178,9</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)</b>	<b>5.162,7</b>	<b>3.663,5</b>	<b>38,7</b>	<b>9.878,0</b>	<b>4.504,1</b>	<b>-8.052,4</b>	<b>15.360,4</b>	<b>5.215,3</b>	<b>10.605,3</b>	<b>16.718,7</b>	<b>5.548,1</b>	<b>7.917,6</b>	<b>7.065,2</b>
V.1. Tesouro Nacional	8.452,5	6.322,3	9.286,4	12.637,9	7.088,0	-4.151,9	20.512,1	7.237,2	13.273,0	19.544,9	8.320,7	10.801,3	9.295,7
V.2. Previdência Social (RGPS) <sup>5</sup>	-3.212,8	-2.586,4	-9.157,7	-2.694,4	-2.560,6	-3.885,9	-5.088,9	-2.027,3	-2.635,9	-2.787,2	-2.753,5	-2.863,3	-2.177,3
V.3. Banco Central <sup>6</sup>	-77,1	-72,5	-89,9	-65,6	-23,2	-14,6	-62,7	5,4	-31,8	-39,0	-19,1	-20,4	-53,2
<b>VI. AJUSTE METODOLÓGICO<sup>7</sup></b>	<b>158,4</b>	<b>305,4</b>	<b>101,0</b>	<b>23,8</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>148,4</b>	<b>143,2</b>	<b>146,3</b>	<b>141,1</b>	<b>138,5</b>	<b>134,4</b>	<b>131,3</b>
<b>VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>-369,1</b>	<b>-523,2</b>	<b>672,1</b>	<b>115,9</b>	<b>279,5</b>	<b>-635,8</b>	<b>1.196,5</b>	<b>-1.270,3</b>	<b>287,8</b>	<b>0,8</b>	<b>-770,2</b>	<b>-984,9</b>	<b>nd</b>
<b>VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL<sup>8</sup></b>	<b>4.951,9</b>	<b>3.445,7</b>	<b>811,8</b>	<b>10.017,7</b>	<b>4.783,6</b>	<b>-8.688,1</b>	<b>16.705,3</b>	<b>4.088,2</b>	<b>11.039,3</b>	<b>16.860,6</b>	<b>4.916,4</b>	<b>7.067,1</b>	<b>nd</b>
<b>IX. JUROS NOMINAIS<sup>8</sup></b>	<b>-11.434,5</b>	<b>-8.118,2</b>	<b>-8.806,4</b>	<b>-10.276,6</b>	<b>-7.499,2</b>	<b>-7.087,7</b>	<b>-6.396,9</b>	<b>-9.900,1</b>	<b>-8.230,7</b>	<b>-10.062,6</b>	<b>-10.019,3</b>	<b>-7.969,8</b>	<b>nd</b>
<b>X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL<sup>8</sup></b>	<b>-6.482,6</b>	<b>-4.672,5</b>	<b>-7.994,6</b>	<b>-259,0</b>	<b>-2.715,5</b>	<b>-15.775,8</b>	<b>10.308,5</b>	<b>-5.811,9</b>	<b>2.808,6</b>	<b>6.798,0</b>	<b>-5.102,9</b>	<b>-902,7</b>	<b>nd</b>
<b>Memo:</b>													
Parcela patronal da CPSS <sup>1</sup>	581,4	655,4	634,8	635,9	961,0	1.043,2	597,6	766,9	639,1	594,1	685,6	672,8	760,5
RMV <sup>4</sup>	160,7	159,1	157,5	156,0	154,6	234,5	151,5	151,9	156,3	161,1	161,7	177,4	105,2

\* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

<sup>1</sup> Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

<sup>2</sup> Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

<sup>3</sup> Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

<sup>4</sup> Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

<sup>5</sup> Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

<sup>6</sup> Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

<sup>7</sup> Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

<sup>8</sup> Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Jul/2007	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2008
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>50.154,1</b>	<b>53.453,5</b>	<b>52.979,0</b>	<b>53.302,0</b>	<b>58.932,5</b>	<b>80.050,6</b>	<b>46.651,1</b>	<b>59.324,0</b>	<b>54.872,4</b>	<b>58.862,3</b>	<b>60.782,1</b>	<b>57.723,1</b>	<b>59.325,6</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	35.194,6	39.700,5	36.900,6	37.968,9	44.190,3	56.125,1	31.009,2	44.947,2	38.230,3	42.574,1	44.534,4	41.049,4	42.385,8
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-10,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.836,8	1.507,8	1.186,2	1.601,6	1.532,3	1.334,2	1.773,4	1.541,3	1.607,5	1.593,3	1.588,4	1.659,5	1.577,0
I.4 - Receita das Operações de Crédito	118,5	141,5	129,5	345,5	331,8	304,2	313,0	87,6	187,4	142,2	141,9	127,4	134,7
I.5 - Receita do Salário Educação	644,1	666,5	673,8	688,2	686,3	712,1	1.256,7	720,9	727,7	746,9	735,8	755,4	794,3
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	12.321,2	11.331,8	14.095,6	12.686,9	12.188,3	21.571,5	12.298,8	12.027,0	14.119,6	13.805,8	13.781,5	14.131,4	14.433,8
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	38,8	105,4	3,4	10,9	3,6	3,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS</b>	<b>56.176,3</b>	<b>48.238,0</b>	<b>59.494,5</b>	<b>48.887,3</b>	<b>60.631,1</b>	<b>59.019,1</b>	<b>67.755,6</b>	<b>47.453,0</b>	<b>51.392,8</b>	<b>53.215,0</b>	<b>56.295,1</b>	<b>60.650,7</b>	<b>64.349,5</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>9.330,3</b>	<b>10.136,8</b>	<b>9.820,6</b>	<b>9.804,5</b>	<b>11.408,9</b>	<b>11.978,1</b>	<b>13.810,2</b>	<b>13.733,2</b>	<b>10.994,6</b>	<b>12.436,4</b>	<b>13.907,4</b>	<b>11.332,5</b>	<b>11.274,5</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	6.240,4	6.567,3	6.816,5	6.459,5	7.515,7	10.538,9	9.042,7	9.933,5	7.883,5	9.121,5	9.585,5	8.292,8	7.572,0
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	940,2	1.377,3	540,4	1.099,0	1.527,2	556,4	1.056,5	1.717,3	634,9	1.038,7	1.894,5	661,4	1.129,6
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	270,8	271,6	270,8	269,8	268,8	258,2	15,2	0,0	488,4	162,5	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	1.878,9	1.920,6	2.192,9	1.976,2	2.097,2	624,7	3.695,8	2.082,5	1.987,8	2.113,7	2.265,0	2.215,8	2.410,4
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>46.846,0</b>	<b>38.101,2</b>	<b>49.673,9</b>	<b>39.082,8</b>	<b>49.222,3</b>	<b>47.041,0</b>	<b>53.945,4</b>	<b>33.719,8</b>	<b>40.398,2</b>	<b>40.778,7</b>	<b>42.387,7</b>	<b>49.318,2</b>	<b>53.075,0</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.354,5	9.548,9	9.738,0	9.539,9	13.737,7	12.423,1	12.653,7	10.463,6	9.736,7	10.098,3	10.844,9	13.572,2	10.927,5
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	993,1	717,5	267,2	588,2	606,1	130,5	887,0	610,5	660,0	1.615,2	1.624,5	636,3	3.254,8
i) Dívida Contratual Interna	103,7	110,1	116,2	429,9	288,2	110,9	73,3	103,2	103,9	112,7	96,0	104,0	96,3
ii) Dívida Contratual Externa	889,4	607,4	151,0	158,2	317,9	19,6	813,6	507,2	556,2	1.502,6	1.528,5	532,3	3.158,5
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	14.530,0	3.005,0	9.732,0	5.015,7	6.323,0	-1.346,4	15.488,5	2.940,1	6.387,5	4.519,6	6.501,4	6.852,7	11.019,1
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	13.621,3	15.289,0	20.172,9	14.092,7	16.919,7	17.734,4	17.145,3	13.518,2	15.408,3	15.433,0	14.903,9	18.397,7	18.233,1
II.2.5 - Custeio e Investimento	8.214,2	8.948,3	9.530,9	9.515,3	11.220,2	17.525,1	7.281,6	6.007,1	7.869,9	8.693,2	8.249,7	9.685,7	9.333,5
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	133,0	592,4	232,9	331,1	415,6	574,1	489,3	180,3	335,8	419,3	263,4	173,6	307,1
II.2.7 - Restos a Pagar													
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>-6.022,2</b>	<b>5.215,5</b>	<b>-6.515,5</b>	<b>4.414,7</b>	<b>-1.698,7</b>	<b>21.031,5</b>	<b>-21.104,5</b>	<b>11.871,0</b>	<b>3.479,6</b>	<b>5.647,3</b>	<b>4.487,0</b>	<b>-2.927,6</b>	<b>-5.023,9</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>19.602,6</b>	<b>12.357,6</b>	<b>34.026,6</b>	<b>66.595,0</b>	<b>21.385,5</b>	<b>16.462,8</b>	<b>24.067,3</b>	<b>34.613,8</b>	<b>21.769,9</b>	<b>23.645,7</b>	<b>18.621,8</b>	<b>38.064,0</b>	<b>21.375,8</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	18.954,7	11.624,7	33.394,2	65.454,7	20.785,2	15.540,3	23.334,0	33.100,6	20.876,5	22.076,2	17.342,4	36.991,6	20.699,5
IV.2 - Outras Operações de Crédito	647,9	732,8	632,5	1.140,4	600,3	922,4	733,3	1.513,2	893,4	1.569,6	1.279,4	1.072,4	676,3
<b>V. DESPESAS</b>	<b>46.243,8</b>	<b>5.482,3</b>	<b>23.829,6</b>	<b>41.292,2</b>	<b>7.071,0</b>	<b>19.498,1</b>	<b>44.541,4</b>	<b>1.345,8</b>	<b>22.404,9</b>	<b>59.805,9</b>	<b>2.041,4</b>	<b>20.603,6</b>	<b>65.622,6</b>
V.1 - Amortização da Dívida Interna	44.186,8	3.979,1	23.504,8	40.341,6	5.985,0	19.397,8	43.079,9	529,2	21.006,6	59.800,3	1.367,6	20.347,7	64.595,9
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	44.050,5	3.840,5	23.363,0	40.047,5	5.766,0	19.251,4	42.981,5	384,9	20.868,5	59.653,4	1.220,6	20.195,3	64.450,9
V.1.2 - Dívida Contratual	136,3	138,6	141,7	294,1	219,0	146,3	98,5	144,3	138,1	146,8	147,0	152,4	145,0
V.2 - Amortização da Dívida Externa	2.057,0	1.503,1	324,8	950,6	1.085,9	100,3	1.461,5	816,5	1.398,3	5,6	673,8	255,8	1.026,7
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>-25.095,8</b>	<b>7.784,2</b>	<b>10.031,1</b>	<b>25.407,2</b>	<b>15.019,2</b>	<b>-3.711,1</b>	<b>-19.647,4</b>	<b>32.715,7</b>	<b>8,0</b>	<b>-37.577,3</b>	<b>16.121,8</b>	<b>16.796,2</b>	<b>-43.751,3</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>-2.721,9</b>	<b>4.902,5</b>	<b>2.438,7</b>	<b>276,9</b>	<b>683,1</b>	<b>4.854,6</b>	<b>-6.196,2</b>	<b>3.909,1</b>	<b>6.232,6</b>	<b>-1.980,3</b>	<b>3.753,4</b>	<b>26.244,5</b>	<b>-26.698,7</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)</b>	<b>-35.385,3</b>	<b>16.993,4</b>	<b>6.120,3</b>	<b>29.994,5</b>	<b>13.299,0</b>	<b>22.850,8</b>	<b>-47.774,8</b>	<b>49.048,2</b>	<b>9.077,3</b>	<b>-32.493,2</b>	<b>24.820,8</b>	<b>40.777,4</b>	<b>-75.969,4</b>

**TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL \***

R\$ milhões

	Jul/2007	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2008
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>29.278,1</b>	<b>5.502,5</b>	<b>2.438,7</b>	<b>15.476,9</b>	<b>2.483,1</b>	<b>10.154,6</b>	<b>31.528,5</b>	<b>4.709,1</b>	<b>6.232,6</b>	<b>14.519,7</b>	<b>5.753,4</b>	<b>26.244,5</b>	<b>2.301,3</b>
I.1. Emissão de Títulos	26.899,0	2.578,8	0,0	13.292,7	0,0	8.119,4	29.273,9	2.259,5	3.395,3	12.277,8	3.265,8	23.126,4	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.200,3	2.750,3	2.268,5	2.029,7	2.344,6	1.940,9	2.117,7	2.309,2	2.696,1	2.118,0	2.360,7	2.979,1	2.191,3
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	178,8	173,4	170,3	154,5	138,5	94,4	136,8	140,5	141,3	123,9	126,8	139,1	110,1
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>32.000,0</b>	<b>600,0</b>	<b>0,0</b>	<b>15.200,0</b>	<b>1.800,0</b>	<b>5.300,0</b>	<b>37.724,6</b>	<b>800,0</b>	<b>0,0</b>	<b>16.500,0</b>	<b>2.000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>29.000,0</b>
II.1. Resgate de Títulos	26.500,0	0,0	0,0	13.500,0	0,0	4.853,5	29.500,0	0,0	0,0	15.000,0	0,0	0,0	23.500,0
II.2. Encargos da DPMF	5.500,0	600,0	0,0	1.700,0	1.800,0	446,5	8.224,6	800,0	0,0	1.500,0	2.000,0	0,0	5.500,0
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>-2.721,9</b>	<b>4.902,5</b>	<b>2.438,7</b>	<b>276,9</b>	<b>683,1</b>	<b>4.854,6</b>	<b>-6.196,2</b>	<b>3.909,1</b>	<b>6.232,6</b>	<b>-1.980,3</b>	<b>3.753,4</b>	<b>26.244,5</b>	<b>-26.698,7</b>

\* Dados revistos, sujeitos a alteração.

**TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) \***

R\$ milhões

	Jul/2007	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2008
<b>I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>	0,6	194,5	82,2	67,5	58,9	49,4	47,0	44,6	38,5	39,9	1,6	1,0	46,0
<b>II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL</b>	2,6	16,9	0,1	0,1	0,2	1,5	19,5	0,4	0,9	2,7	0,9	0,5	2,8
<b>III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS</b>	53,0	71,5	88,6	5,1	-4,1	-15,7	54,8	39,3	125,2	196,6	61,5	-36,9	59,0
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	0,0	0,0	22,5	1,9	1,2	1,1	1,3	0,4	0,0	0,0	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	53,0	0,5	40,6	-60,9	-136,8	-116,0	-66,4	-31,9	-1,1	-1,3	-78,5	-56,9	-0,1
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	0,0	71,0	48,0	66,0	110,2	98,5	120,0	70,0	125,0	197,5	140,0	20,0	59,0
<b>IV. PRONAF</b>	6,9	223,1	42,3	73,6	110,0	74,8	224,2	34,0	61,2	47,9	20,4	49,1	85,6
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	8,6	205,2	34,9	36,9	47,1	58,6	216,4	41,4	39,9	51,0	14,8	7,6	74,0
IV.2. Concessão de Financiamento <sup>1</sup>	-1,8	17,9	7,4	36,7	63,0	16,2	7,9	-7,4	21,3	-3,2	5,6	41,5	11,5
<b>V. PROEX</b>	26,0	21,9	22,2	-71,8	35,0	102,6	-132,9	-10,5	55,4	42,7	66,3	-12,9	51,5
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	23,9	40,7	18,7	22,4	28,1	74,4	0,0	11,3	82,2	37,3	14,6	0,9	34,9
V.2. Concessão de Financiamento <sup>1</sup>	2,1	-18,9	3,5	-94,2	6,9	28,2	-132,9	-21,8	-26,8	5,4	51,7	-13,8	16,6
<b>VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)<sup>2</sup></b>	36,4	17,8	17,8	82,4	48,6	177,6	14,0	54,4	4,5	15,3	7,5	91,1	57,5
<b>VII. CACAU</b>	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)</b>	54,1	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	135,4	146,6
<b>IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)</b>	0,0	0,0	0,0	454,4	983,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>X. FUNDO DA TERRA/ INCRA<sup>1</sup></b>	51,1	60,5	118,9	208,7	250,4	595,3	52,6	25,6	23,7	22,0	27,2	80,0	93,8
<b>XI. FUNCAFÉ</b>	0,0	0,0	0,0	0,1	0,5	1,9	4,1	0,0	1,7	0,8	1,0	7,5	0,6
<b>XII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)<sup>1</sup></b>	-50,8	-60,0	-83,8	-49,8	303,6	743,6	-50,2	-70,0	-55,1	-49,6	-69,7	-54,2	586,5
<b>XIII. TOTAL</b>	179,9	546,9	288,3	770,4	1.787,1	1.731,2	233,3	117,7	256,0	318,2	116,6	260,6	1.129,7

\* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

<sup>1</sup> Concessão de empréstimos menos retornos.

<sup>2</sup> Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

**TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Jul/07	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/08
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>553.860,4</b>	<b>559.668,4</b>	<b>561.748,3</b>	<b>595.507,0</b>	<b>595.868,4</b>	<b>610.408,2</b>	<b>600.252,2</b>	<b>602.298,4</b>	<b>601.469,9</b>	<b>592.388,5</b>	<b>594.780,9</b>	<b>622.143,9</b>	<b>625.859,7</b>
<b>I.1. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.491.536,6</b>	<b>1.516.038,2</b>	<b>1.530.079,5</b>	<b>1.563.586,6</b>	<b>1.586.366,3</b>	<b>1.598.019,0</b>	<b>1.566.391,4</b>	<b>1.605.710,6</b>	<b>1.619.379,0</b>	<b>1.586.687,6</b>	<b>1.612.341,6</b>	<b>1.675.479,3</b>	<b>1.607.106,6</b>
DPMFi em Poder do Público <sup>1</sup>	1.171.118,2	1.189.086,7	1.200.832,6	1.199.030,5	1.219.726,4	1.224.870,6	1.203.961,7	1.242.164,0	1.250.026,9	1.218.713,8	1.239.608,0	1.247.289,8	1.204.404,8
DPMFi em Poder do Banco Central	310.596,8	315.889,4	318.420,2	353.363,7	355.345,6	360.632,7	354.250,6	356.221,5	362.998,9	362.253,0	367.344,7	423.664,7	398.581,9
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-12.739,5	-11.460,9	-11.688,6	-11.315,1	-11.231,5	-9.975,3	-14.348,5	-15.196,8	-16.107,6	-16.690,2	-16.988,4	-17.892,0	-18.373,8
Demais Obrigações Internas	22.561,1	22.523,0	22.515,2	22.507,6	22.525,8	22.491,1	22.527,6	22.522,0	22.460,8	22.410,9	22.377,3	22.416,8	22.493,7
<b>I.2. HAVERES INTERNOS</b>	<b>937.676,2</b>	<b>956.369,7</b>	<b>968.331,2</b>	<b>968.079,6</b>	<b>990.497,9</b>	<b>987.610,8</b>	<b>966.139,2</b>	<b>1.003.412,3</b>	<b>1.017.909,1</b>	<b>994.299,1</b>	<b>1.017.560,6</b>	<b>1.053.335,5</b>	<b>981.246,9</b>
Disponibilidades Internas	252.121,7	265.894,1	272.199,6	269.843,5	287.109,5	275.867,5	247.911,6	282.699,8	283.662,8	257.216,2	276.783,1	301.565,4	222.231,8
Haveres junto aos Governos Regionais	398.421,4	400.099,4	405.170,0	407.385,2	410.182,2	412.322,2	417.171,8	419.402,6	420.799,4	422.598,0	425.835,1	432.146,2	439.178,9
Haveres da Administração Indireta	183.085,7	185.314,2	185.896,5	186.577,6	188.177,9	191.884,5	193.138,5	193.691,4	195.088,2	196.407,1	196.960,4	198.780,3	198.561,8
Haveres Administrados pela STN	104.047,4	105.062,1	105.065,1	104.273,3	105.028,4	107.536,6	107.917,3	107.618,5	118.358,8	118.077,8	117.982,1	120.843,6	121.274,5
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>118.018,8</b>	<b>122.892,6</b>	<b>114.797,9</b>	<b>107.803,5</b>	<b>109.927,2</b>	<b>108.604,2</b>	<b>107.101,5</b>	<b>102.933,6</b>	<b>105.949,9</b>	<b>99.312,1</b>	<b>97.301,5</b>	<b>95.817,2</b>	<b>93.260,1</b>
<b>II.1. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>118.276,6</b>	<b>123.187,0</b>	<b>115.083,4</b>	<b>108.111,8</b>	<b>110.227,6</b>	<b>108.884,1</b>	<b>107.379,9</b>	<b>103.212,6</b>	<b>106.245,4</b>	<b>99.609,6</b>	<b>97.575,7</b>	<b>96.112,1</b>	<b>93.514,9</b>
Dívida Mobiliária	92.386,2	96.070,6	89.728,9	84.156,7	85.614,8	84.568,0	83.086,7	79.934,4	81.770,8	76.485,0	75.136,7	74.144,6	71.923,9
Dívida Contratual	25.890,4	27.116,4	25.354,5	23.955,1	24.612,8	24.316,1	24.293,2	23.278,2	24.474,6	23.124,6	22.439,0	21.967,6	21.591,1
<b>II.2. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>257,9</b>	<b>294,4</b>	<b>285,5</b>	<b>308,3</b>	<b>300,5</b>	<b>279,9</b>	<b>278,4</b>	<b>278,9</b>	<b>295,5</b>	<b>297,5</b>	<b>274,1</b>	<b>295,0</b>	<b>254,8</b>
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	257,9	294,4	285,5	308,3	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)</b>	<b>671.879,1</b>	<b>682.561,0</b>	<b>676.546,2</b>	<b>703.310,5</b>	<b>705.795,5</b>	<b>719.012,4</b>	<b>707.353,7</b>	<b>705.232,0</b>	<b>707.419,8</b>	<b>691.700,6</b>	<b>692.082,5</b>	<b>717.961,0</b>	<b>719.119,8</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>2</sup></b>	<b>26,6%</b>	<b>26,6%</b>	<b>26,1%</b>	<b>26,8%</b>	<b>26,5%</b>	<b>26,7%</b>	<b>26,0%</b>	<b>25,7%</b>	<b>25,6%</b>	<b>24,6%</b>	<b>24,1%</b>	<b>24,6%</b>	<b>24,5%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

<sup>2</sup> PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

**TABELA A6 - DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Jul/07	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/08
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.491.536,6</b>	<b>1.516.038,2</b>	<b>1.530.079,5</b>	<b>1.563.586,6</b>	<b>1.586.366,3</b>	<b>1.598.019,0</b>	<b>1.566.391,4</b>	<b>1.605.710,6</b>	<b>1.619.379,0</b>	<b>1.586.687,6</b>	<b>1.612.341,6</b>	<b>1.675.479,3</b>	<b>1.607.106,6</b>
<b>I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO<sup>1</sup></b>	<b>1.171.118,2</b>	<b>1.189.086,7</b>	<b>1.200.832,6</b>	<b>1.199.030,5</b>	<b>1.219.726,4</b>	<b>1.224.870,6</b>	<b>1.203.961,7</b>	<b>1.242.164,0</b>	<b>1.250.026,9</b>	<b>1.218.713,8</b>	<b>1.239.608,0</b>	<b>1.247.289,8</b>	<b>1.204.404,8</b>
LFT	412.630,1	418.467,9	409.582,1	424.714,9	424.505,7	409.024,1	418.671,3	427.528,3	416.874,2	430.655,2	439.055,9	429.755,1	443.454,3
LTN	309.811,2	314.408,4	320.363,2	295.259,6	312.489,3	325.148,8	294.357,5	311.502,5	318.195,8	275.462,0	282.701,9	287.882,0	226.629,7
NTN-B	216.173,9	218.793,5	230.510,5	235.642,0	238.016,6	242.267,6	249.567,5	255.441,5	262.812,9	268.895,5	269.988,9	276.941,7	283.994,5
NTN-C	62.125,5	63.152,8	63.918,3	63.956,9	64.612,9	66.224,8	65.180,8	65.992,7	66.713,2	54.820,0	56.087,9	57.654,0	57.396,2
NTN-F	115.522,5	118.808,9	122.055,8	126.580,4	127.951,0	131.823,9	126.014,5	131.810,6	135.086,9	138.853,2	142.544,8	145.770,1	145.323,2
Dívida Securitizada	21.688,8	21.740,5	21.280,7	21.035,2	20.120,9	20.776,5	20.741,7	20.913,3	21.054,3	21.108,6	20.511,7	20.610,2	19.793,0
Demais Títulos em Poder do Público	33.166,3	33.714,7	33.122,0	31.841,4	32.029,9	29.604,8	29.428,3	28.975,1	29.289,4	28.919,3	28.716,9	28.676,7	27.813,9
<b>I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL</b>	<b>310.596,8</b>	<b>315.889,4</b>	<b>318.420,2</b>	<b>353.363,7</b>	<b>355.345,6</b>	<b>360.632,7</b>	<b>354.250,6</b>	<b>356.221,5</b>	<b>362.998,9</b>	<b>362.253,0</b>	<b>367.344,7</b>	<b>423.664,7</b>	<b>398.581,9</b>
LFT	75.259,3	76.010,6	76.549,3	77.265,1	77.922,0	78.918,4	91.407,5	92.145,6	96.333,7	100.641,9	102.912,6	121.691,7	122.995,2
LTN	138.519,8	142.275,2	143.810,3	150.634,8	152.219,4	158.370,1	139.526,7	140.734,9	142.040,4	135.666,5	138.801,0	150.946,6	125.443,1
Demais Títulos na Carteira do BCB	96.817,7	97.603,6	98.060,6	125.463,7	125.204,2	123.344,2	123.316,4	123.340,9	124.624,8	125.944,6	125.631,1	151.026,4	150.143,6
<b>I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS</b>	<b>(12.739,5)</b>	<b>(11.460,9)</b>	<b>(11.688,6)</b>	<b>(11.315,1)</b>	<b>(11.231,5)</b>	<b>(9.975,3)</b>	<b>(14.348,5)</b>	<b>(15.196,8)</b>	<b>(16.107,6)</b>	<b>(16.690,2)</b>	<b>(16.988,4)</b>	<b>(17.892,0)</b>	<b>(18.373,8)</b>
<b>I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS</b>	<b>22.561,1</b>	<b>22.523,0</b>	<b>22.515,2</b>	<b>22.507,6</b>	<b>22.525,8</b>	<b>22.491,1</b>	<b>22.527,6</b>	<b>22.522,0</b>	<b>22.460,8</b>	<b>22.410,9</b>	<b>22.377,3</b>	<b>22.416,8</b>	<b>22.493,7</b>
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>118.276,6</b>	<b>123.187,0</b>	<b>115.083,4</b>	<b>108.111,8</b>	<b>110.227,6</b>	<b>108.884,1</b>	<b>107.379,9</b>	<b>103.212,6</b>	<b>106.245,4</b>	<b>99.609,6</b>	<b>97.575,7</b>	<b>96.112,1</b>	<b>93.514,9</b>
<b>II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>92.386,2</b>	<b>96.070,6</b>	<b>89.728,9</b>	<b>84.156,7</b>	<b>85.614,8</b>	<b>84.568,0</b>	<b>83.086,7</b>	<b>79.934,4</b>	<b>81.770,8</b>	<b>76.485,0</b>	<b>75.136,7</b>	<b>74.144,6</b>	<b>71.923,9</b>
Euro	12.973,9	13.605,4	13.216,4	11.108,4	11.630,9	11.661,2	11.524,9	11.079,4	12.050,1	10.578,6	10.251,9	10.103,7	9.925,1
Global US\$	68.757,7	71.692,1	65.702,8	62.155,6	62.983,2	61.807,7	60.958,2	58.165,5	58.955,0	55.050,8	53.938,7	53.000,9	51.456,9
Global BRL	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9
Demais Títulos Externos	386,7	406,1	343,7	327,7	336,8	336,1	335,7	322,5	299,8	290,6	282,1	276,9	273,9
<b>II.2. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>25.890,4</b>	<b>27.116,4</b>	<b>25.354,5</b>	<b>23.955,1</b>	<b>24.612,8</b>	<b>24.316,1</b>	<b>24.293,2</b>	<b>23.278,2</b>	<b>24.474,6</b>	<b>23.124,6</b>	<b>22.439,0</b>	<b>21.967,6</b>	<b>21.591,1</b>
Organismos Multilaterais	21.497,5	22.491,0	20.948,8	19.977,3	20.485,7	20.284,3	20.209,1	19.363,4	20.362,2	19.419,2	18.956,1	18.461,6	18.141,4
Credores Privados e Ag. Governamentais	4.392,9	4.625,4	4.405,7	3.977,9	4.127,2	4.031,8	4.084,1	3.914,8	4.112,4	3.705,4	3.482,9	3.505,9	3.449,7
<b>III. DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)</b>	<b>1.609.813,2</b>	<b>1.639.225,2</b>	<b>1.645.162,9</b>	<b>1.671.698,4</b>	<b>1.696.593,9</b>	<b>1.706.903,1</b>	<b>1.673.771,3</b>	<b>1.708.923,2</b>	<b>1.725.624,3</b>	<b>1.686.297,2</b>	<b>1.709.917,2</b>	<b>1.771.591,5</b>	<b>1.700.621,5</b>
<b>DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>2</sup></b>	<b>63,7%</b>	<b>63,9%</b>	<b>63,4%</b>	<b>63,6%</b>	<b>63,7%</b>	<b>63,3%</b>	<b>61,5%</b>	<b>62,3%</b>	<b>62,3%</b>	<b>59,9%</b>	<b>59,5%</b>	<b>60,7%</b>	<b>57,9%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui TDA e dívida securitizada.

<sup>2</sup> PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

**TABELA A7 - HAVERES DO TESOIRO NACIONAL**

R\$ milhões

	Jul/07	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/08
<b>I. HAVERES INTERNOS</b>	<b>937.676,2</b>	<b>956.369,7</b>	<b>968.331,2</b>	<b>968.079,6</b>	<b>990.497,9</b>	<b>987.610,8</b>	<b>966.139,2</b>	<b>1.003.412,3</b>	<b>1.017.909,1</b>	<b>994.299,1</b>	<b>1.017.560,6</b>	<b>1.053.335,5</b>	<b>981.246,9</b>
<b>I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS</b>	<b>252.121,7</b>	<b>265.894,1</b>	<b>272.199,6</b>	<b>269.843,5</b>	<b>287.109,5</b>	<b>275.867,5</b>	<b>247.911,6</b>	<b>282.699,8</b>	<b>283.662,8</b>	<b>257.216,2</b>	<b>276.783,1</b>	<b>301.565,4</b>	<b>222.231,8</b>
<b>I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS</b>	<b>398.421,4</b>	<b>400.099,4</b>	<b>405.170,0</b>	<b>407.385,2</b>	<b>410.182,2</b>	<b>412.322,2</b>	<b>417.171,8</b>	<b>419.402,6</b>	<b>420.799,4</b>	<b>422.598,0</b>	<b>425.835,1</b>	<b>432.146,2</b>	<b>439.178,9</b>
Bônus Renegociados	8.341,8	8.750,7	8.224,3	7.476,0	7.581,4	7.599,8	7.544,3	7.162,2	7.403,7	6.935,1	6.671,3	6.487,0	6.351,6
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	3.210,2	3.189,9	3.166,2	3.144,7	3.121,0	3.096,9	3.073,9	3.047,9	3.023,2	2.999,4	2.975,0	2.951,5	2.930,9
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	9.829,4	9.846,2	9.963,1	10.059,3	10.114,2	10.199,5	10.328,1	10.408,7	10.426,5	10.477,4	10.572,3	10.748,1	10.927,7
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	2.304,5	2.362,4	2.237,8	2.116,0	2.074,3	1.805,9	1.777,1	1.693,3	1.703,3	1.650,9	1.573,5	1.257,6	1.226,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	45.591,8	45.449,8	45.330,4	45.196,1	45.081,8	43.434,2	43.304,3	43.162,4	42.922,1	42.702,2	42.587,5	42.464,0	42.372,9
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	271.119,4	272.293,2	276.486,2	279.507,4	281.881,0	285.245,0	289.387,9	292.405,9	293.670,9	295.867,2	299.413,5	305.084,1	311.026,1
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	42.092,3	42.355,8	43.149,3	43.204,6	43.600,1	44.119,5	44.872,4	45.417,4	45.665,6	46.055,0	46.633,4	47.570,7	48.587,9
Antecipação de Royalties	13.593,4	13.523,1	13.692,9	13.797,1	13.840,0	13.953,6	14.013,6	13.283,3	13.172,5	13.124,1	12.645,7	12.833,4	13.015,1
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.338,5	2.328,2	2.919,9	2.884,0	2.888,4	2.867,8	2.870,2	2.821,5	2.811,6	2.786,7	2.763,0	2.749,8	2.740,5
<b>I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b>183.085,7</b>	<b>185.314,2</b>	<b>185.896,5</b>	<b>186.577,6</b>	<b>188.177,9</b>	<b>191.884,5</b>	<b>193.138,5</b>	<b>193.691,4</b>	<b>195.088,2</b>	<b>196.407,1</b>	<b>196.960,4</b>	<b>198.780,3</b>	<b>198.561,8</b>
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	123.795,2	124.890,6	124.236,4	124.295,8	125.064,8	126.914,2	127.676,8	127.584,9	128.539,6	129.218,7	130.270,5	130.822,2	129.479,8
Fundos Constitucionais Regionais	36.293,3	36.769,5	37.166,0	37.489,4	38.056,5	38.533,4	39.084,2	39.767,9	40.298,2	40.740,6	41.341,8	41.789,2	42.214,4
Fundos Diversos	22.997,2	23.654,1	24.494,1	24.792,4	25.056,5	26.436,9	26.377,5	26.338,6	26.250,3	26.447,8	25.348,0	26.168,9	26.867,5
<b>I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN</b>	<b>104.047,4</b>	<b>105.062,1</b>	<b>105.065,1</b>	<b>104.273,3</b>	<b>105.028,4</b>	<b>107.536,6</b>	<b>107.917,3</b>	<b>107.618,5</b>	<b>118.358,8</b>	<b>118.077,8</b>	<b>117.982,1</b>	<b>120.843,6</b>	<b>121.274,5</b>
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.494,5	5.496,3	5.498,2	5.522,9	5.524,7	5.526,0	5.528,6	5.530,9	5.531,8	5.534,2	5.536,8	5.540,2	5.542,0
Haveres de Operações Estruturadas	40.965,0	41.685,2	41.272,5	40.505,6	41.090,7	43.361,1	43.546,9	43.324,9	43.934,5	43.791,1	43.860,1	44.103,4	44.310,9
Haveres Originários de Privatizações	6.834,8	6.841,6	7.063,6	7.065,6	7.066,3	7.067,5	7.069,1	7.069,0	7.070,1	7.071,3	7.072,7	7.074,2	7.077,4
Haveres de Legislação Específica	23.623,0	23.715,9	23.993,0	24.217,5	24.374,5	24.615,2	24.924,8	25.144,3	35.279,3	35.130,4	35.103,2	37.798,8	38.078,5
Demais Haveres Administrados pela STN	27.130,1	27.323,1	27.237,7	26.961,8	26.972,3	26.966,9	26.847,9	26.549,5	26.543,0	26.550,7	26.409,2	26.327,0	26.265,6
<b>II. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>257,9</b>	<b>294,4</b>	<b>285,5</b>	<b>308,3</b>	<b>300,5</b>	<b>279,9</b>	<b>278,4</b>	<b>278,9</b>	<b>295,5</b>	<b>297,5</b>	<b>274,1</b>	<b>295,0</b>	<b>254,8</b>
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	257,9	294,4	285,5	308,3	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8
<b>III. HAVERES DO TESOIRO NACIONAL (I+II)</b>	<b>937.934,1</b>	<b>956.664,1</b>	<b>968.616,7</b>	<b>968.388,0</b>	<b>990.798,4</b>	<b>987.890,7</b>	<b>966.417,6</b>	<b>1.003.691,2</b>	<b>1.018.204,6</b>	<b>994.596,6</b>	<b>1.017.834,8</b>	<b>1.053.630,4</b>	<b>981.501,7</b>
<b>HAVERES DO TESOIRO NACIONAL/PIB<sup>1)</sup></b>	<b>37,1%</b>	<b>37,3%</b>	<b>37,3%</b>	<b>36,9%</b>	<b>37,2%</b>	<b>36,6%</b>	<b>35,5%</b>	<b>36,6%</b>	<b>36,8%</b>	<b>35,3%</b>	<b>35,4%</b>	<b>36,1%</b>	<b>33,4%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

**TABELA A8 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO ATÉ JULHO 2008/2007 \***

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2007						2008					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total
Câmara dos Deputados	115.085,0	6.254,5	1.292,2	946,6	13.670,1	14.616,8	364.418,1	3.452,0	781,5	781,5	6.861,8	7.643,3
Senado Federal	126.845,6	13.368,3	4.636,2	4.621,8	13.860,1	18.481,9	75.801,6	10.803,9	2.240,5	2.239,4	8.460,9	10.700,3
Tribunal de Contas da União	53.646,7	4.113,3	1.850,0	1.835,6	3.433,0	5.268,6	61.538,6	36.893,2	3.130,6	3.130,6	16.762,6	19.893,2
Supremo Tribunal Federal	61.489,3	27.211,0	3.568,6	3.561,4	18.942,5	22.503,9	69.118,6	4.135,2	1.228,2	1.221,8	35.732,4	36.954,3
Superior Tribunal de Justiça	8.999,6	3.693,2	282,6	282,6	3.538,6	3.821,2	15.409,6	2.667,9	226,5	164,0	11.746,1	11.910,1
Justiça Federal <sup>3</sup>	266.763,1	240.370,3	128.188,2	127.947,6	114.971,6	242.919,1	259.709,7	227.867,0	182.900,4	182.725,0	118.050,8	300.775,8
Justiça Militar	7.585,3	598,4	320,9	318,9	2.116,7	2.435,7	8.089,7	200,6	131,4	131,4	1.704,4	1.835,8
Justiça Eleitoral	179.537,6	88.481,5	12.883,8	12.444,2	44.270,5	56.714,7	290.994,5	166.488,1	42.867,5	34.469,1	64.312,0	98.781,1
Justiça do Trabalho	212.114,0	35.457,9	12.567,3	12.441,1	89.278,9	101.720,0	171.302,1	29.944,9	7.563,1	7.339,8	109.984,8	117.324,6
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	45.918,0	4.575,1	1.117,8	1.117,5	18.575,5	19.693,0	32.546,9	9.206,0	2.785,6	2.376,2	38.567,1	40.943,3
Presidência da República <sup>4</sup>	825.403,9	33.012,2	10.442,3	10.324,9	46.493,1	56.818,0	1.350.607,5	263.078,7	44.937,4	44.689,2	145.537,1	190.226,2
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	55.066,5	3.332,4	324,3	270,4	132.860,9	133.131,3	51.991,4	3.196,1	152,5	150,1	12.831,5	12.981,5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	545.121,0	32.956,6	19.405,7	14.660,6	137.698,4	152.359,1	824.009,4	306.203,8	5.917,8	2.289,9	292.458,6	294.748,5
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.039.366,8	261.646,5	82.386,4	77.666,4	245.219,2	322.885,6	1.174.244,8	362.022,2	102.551,7	90.744,5	190.962,3	281.706,8
Ministério da Fazenda <sup>5</sup>	82.757,1	21.295,4	12.537,7	12.425,5	182.295,9	194.721,4	482.410,6	291.365,1	6.906,3	6.876,2	85.884,5	92.760,7
Ministério da Educação	1.861.728,5	260.591,0	112.695,1	106.862,8	592.135,9	698.998,8	2.900.731,1	905.413,6	334.302,7	322.695,0	1.347.841,4	1.670.536,4
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	218.757,1	1.465,7	412,5	375,1	37.882,3	38.257,4	196.170,7	12.617,5	1.163,0	1.163,0	22.318,5	23.481,6
Ministério da Justiça	1.009.617,9	279.004,4	165.657,1	163.956,9	225.499,0	389.455,9	1.325.639,5	347.089,0	71.356,3	70.865,7	183.424,5	254.290,2
Ministério de Minas e Energia	47.964,3	5.518,3	1.668,5	1.655,1	16.094,4	17.749,5	64.516,2	9.800,5	2.172,2	2.136,2	13.807,0	15.943,1
Ministério da Previdência Social	45.800,0	12.796,1	2.000,7	1.206,8	70.304,7	71.511,5	148.128,2	19.865,5	2.948,4	2.726,9	38.061,9	40.788,9
Ministério Público da União	301.972,4	27.551,7	7.672,0	7.664,3	73.290,4	80.954,7	168.537,2	10.599,5	1.043,5	1.036,0	109.256,1	110.292,1
Ministério das Relações Exteriores	42.159,2	5.536,3	4.745,9	4.745,4	6.570,1	11.315,5	38.569,2	4.075,7	4.054,4	4.054,4	924,2	4.978,6
Ministério da Saúde	4.645.831,3	180.732,8	100.473,6	99.213,4	784.855,7	884.069,1	3.427.964,5	1.020.400,8	51.605,3	48.240,4	663.824,7	712.065,0
Ministério do Trabalho e Emprego	64.485,9	18.415,6	8.347,9	8.347,9	32.803,8	41.151,7	107.322,8	15.398,1	2.903,2	2.903,2	6.337,2	9.240,4
Ministério dos Transportes	9.620.343,5	3.680.645,2	842.647,2	565.365,9	1.625.587,1	2.190.953,0	9.702.709,6	3.359.759,3	414.447,1	351.280,4	2.494.675,6	2.845.956,0
Ministério das Comunicações	174.365,3	7.577,1	1.549,5	1.541,6	92.375,9	93.917,5	39.184,4	566,1	241,3	241,3	25.990,9	26.232,2
Ministério da Cultura	243.969,2	49.496,9	812,5	697,8	40.038,0	40.735,8	252.689,0	32.835,8	6.579,9	6.576,3	69.196,0	75.772,3
Ministério do Meio Ambiente	96.750,2	2.122,1	807,2	796,8	15.956,1	16.752,9	170.023,1	5.867,7	913,2	889,0	22.151,9	23.040,9
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.826.915,9	608.559,4	400.184,8	399.725,8	163.478,4	563.204,2	1.887.082,2	553.312,5	244.210,7	244.046,6	344.765,6	588.812,2
Ministério do Esporte	604.468,5	201.106,2	142.867,2	142.867,2	125.115,9	267.983,1	897.588,3	473.360,6	312,1	297,3	108.861,8	109.159,1
Ministério da Defesa	3.055.189,6	983.688,3	304.397,3	289.460,1	531.021,4	820.481,5	4.486.254,4	1.441.926,3	294.111,5	280.039,0	801.633,6	1.081.672,6
Ministério da Integração Nacional	3.299.424,1	369.911,9	66.030,8	65.896,3	315.095,4	380.991,7	4.953.703,9	1.591.600,3	86.213,2	83.358,8	806.303,4	889.662,1
Ministério do Turismo	1.346.698,0	139.204,3	1.175,5	1.171,8	153.304,7	154.476,5	2.002.647,6	936.026,5	22.901,5	22.854,7	534.719,7	557.574,4
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	233.536,5	3.696,8	716,7	716,7	39.651,4	40.368,1	178.013,7	48.420,2	25.437,8	25.437,8	47.456,7	72.894,5
Ministério das Cidades	4.904.472,5	164.861,2	13.829,2	13.288,8	493.203,9	506.492,7	5.603.691,5	2.579.818,7	154.818,1	150.364,2	2.083.109,1	2.233.473,3
<b>TOTAL</b>	<b>37.270.149,5</b>	<b>7.778.847,9</b>	<b>2.470.495,2</b>	<b>2.156.421,9</b>	<b>6.501.489,6</b>	<b>8.657.911,5</b>	<b>43.783.360,2</b>	<b>15.086.278,9</b>	<b>2.126.056,4</b>	<b>2.000.534,8</b>	<b>10.864.516,7</b>	<b>12.865.051,5</b>

Dados preliminares.

\* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

<sup>1</sup> "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

<sup>2</sup> Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

<sup>3</sup> Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 125,7 milhões e R\$ 195,9 milhões, respectivamente, em 2007 e 2008.

<sup>4</sup> Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

<sup>5</sup> Inclui Encargos Financeiros da União, Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda e Operações Oficiais de Crédito.

# Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

## Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XIII - nº 7 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

**JULHO / 2008**

### Comentários

Em Julho de 2008, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de -9,4 %, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 5.534.724,4 (mil), ante R\$ 6.109.788,6 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB equivalente a 18,33%.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3412-3116. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

### Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

Origens	2007			2008			Variação Nominal		
	Junho	Julho	Janeiro a Julho	Junho	Julho	Janeiro a Julho	Jul / 2008	Jul / 2008	Jan a Jul / 2008
							Jun / 2008	Jul / 2007	Jan a Jul / 2007
FPM	3.068.252,5	2.386.135,5	19.163.657,4	3.124.323,8	2.830.256,9	20.368.530,8	-9,4%	18,6%	21,1%
FPE	2.931.885,5	2.280.084,8	18.311.937,8	2.985.464,8	2.704.467,5	19.463.261,7	-9,4%	18,6%	21,1%
IPI-Exp	211.297,5	216.372,0	1.389.598,5	246.344,1	271.941,5	1.439.380,2	10,4%	25,7%	23,2%

Observação: já deduzido o FUNDEB - 18,33%

### Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
JUNHO	- 13,0 %	- 9,4 %	- 13,0%	- 9,4 %	+ 4,0 %	+ 10,4 %

### Estimativa Trimestral

FUNDOS	AGO/JUL	SET/AGO	OUT/SET
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+ 21,4 %	- 16,8 %	- 1,3 %
IPI - EXP	- 3,30 %	+ 0,30 %	+ 5,20 %

## Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/06/2008 a 20/07/2008, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
JUN/3º DEC	509.618	7.869.883	8.379.501	JUL/1º DEC	1.471.361	1.539.796	41.620	<b>3.052.777</b>
JUL/1º DEC	473.930	3.229.942	3.703.872	JUL/2º DEC	650.365	680.614	38.706	<b>1.369.685</b>
JUL/2º DEC	2.346.212	972.544	3.318.756	JUL/3º DEC	582.742	609.846	191.615	<b>1.384.204</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.329.760</b>	<b>12.072.369</b>	<b>15.402.129</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.704.468</b>	<b>2.830.257</b>	<b>271.942</b>	<b>5.806.666</b>

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 18,33% para o FUNDEB.

## Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	14.886,8	92.519,8	33,8
ALAGOAS	AL	67.335,8	112.508,6	957,0
AMAZONAS	AM	41.723,4	75.465,5	3.793,8
AMAPÁ	AP	10.920,0	92.276,4	180,6
BAHIA	BA	257.488,2	254.117,2	18.948,6
CEARÁ	CE	147.872,4	198.424,1	2.374,9
DISTRITOFEDERAL	DF	4.697,5	18.666,2	213,7
ESPÍRITOSANTO	ES	48.818,9	40.567,0	12.143,3
GOIÁS	GO	102.763,5	76.890,7	3.591,4
MARANHÃO	MA	118.156,2	195.213,9	3.197,1
MINASGERAIS	MG	371.638,8	120.470,5	32.463,0
MATOGROSSODOSUL	MS	43.090,1	36.023,5	1.624,2
MATOGROSSO	MT	51.709,3	62.416,4	3.355,1
PARÁ	PA	102.098,2	165.297,1	13.722,2
PARAÍBA	PB	91.442,8	129.514,2	640,0
PERNAMBUCO	PE	142.328,9	186.613,7	1.801,3
PIAUI	PI	70.468,7	116.870,9	75,8
PARANÁ	PR	192.251,7	77.975,2	26.525,8
RIODEJANEIRO	RJ	83.741,4	41.316,2	39.057,2
RIOGRANDEDONORTE	RN	71.419,4	112.989,9	565,7
RONDÔNIA	RO	24.828,6	76.147,0	586,1
RORAIMA	RR	8.657,5	67.089,7	13,0
RIOGRANDEDOSUL	RS	192.231,6	63.684,8	32.696,9
SANTACATARINA	SC	110.016,5	34.611,8	18.611,8
SERGIPE	SE	42.226,0	112.378,7	266,8
SÃO PAULO	SP	374.021,5	27.044,7	54.388,3
TOCANTINS	TO	43.423,2	117.373,9	114,1
<b>TOTAL</b>		<b>2.830.256,9</b>	<b>2.704.467,5</b>	<b>271.941,5</b>

Obs.:Deduzidos 18,33 % do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 16 de novembro de 2007, foi publicada a Portaria STN nº 722, de 13 de novembro de 2007, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2008, disponível no sítio [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br).

Coordenação-Geral de Normas e de Avaliação da Execução da Despesa  
Fone:(61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026  
Email:transferencias.stn@fazenda.gov.br

## Boletim FUNDEB

### Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério

Boletim - Ano II - nº 7 Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

JULHO / 2008

Em Julho de 2008, as transferências para o FUNDEB alcançaram o montante de R\$ 5.368.926 (mil), ante R\$ 4.962.783 (mil) do mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um acréscimo de 8,2% em valores nominais. Contribuiu mais significativamente para esse comportamento o acréscimo da ordem de 126 % do ICMS.

As informações relativas às transferências do FUNDEB estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN - [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/transferencias\\_constitucionais.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp) .

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEB com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF- Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Origem	R\$ Mil					
	Julho	Participação	Junho	Participação	Variação	
FPM	635.222	11,8%	701.222	14,1%	-9,4%	
FPE	606.990	11,3%	670.057	13,5%	-9,4%	
IPI-EXP	61.035	1,1%	55.289	1,1%	10,4%	
LC 87/96	29.786	0,6%	29.786	0,6%	0,0%	
ITR	623	0,0%	229	0,0%	172,2%	
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIAO	317.400	5,9%	317.400	6,4%	0,0%	
IPVA	142.466	2,7%	1.602.369	32,3%	-91,1%	
ITCMD	24.672	0,5%	14.907	0,3%	65,5%	
ICMS	3.550.733	66,1%	1.571.523	31,7%	125,9%	
<b>TOTAL</b>	<b>5.368.926</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.962.783</b>	<b>100,0%</b>	<b>8,2%</b>	

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

### Dúvidas sobre o FUNDEB

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEB e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEB podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio do telefone: (61)3966-4232 ;
- por meio do FAX: (61)3966-4664;
- por meio do e-mail: [fundeb@fnde.gov.br](mailto:fundeb@fnde.gov.br);
- por correspondência endereçada à:

Coordenação-Geral de Operacionalização do FUNDEB e de Acompanhamento e Distribuição da Arrecadação do Salário-Educação

Endereço : SBS Quadra 02 Bloco F, Ed. Áurea – sala 1202  
CEP: 70.070-929 Brasília-DF

## Distribuição do FUNDEB por Estado

UF	FUNDEB UNIÃO			FUNDEB ESTADO		
	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL
AC	15.464.263	8.678.834	24.143.097	4.288.493	2.406.782	6.695.275
AL	15.166.787	36.834.152	52.000.939	7.037.184	17.090.548	24.127.732
AM	13.369.062	16.307.216	29.676.278	41.698.706	50.862.938	92.561.645
AP	17.347.032	5.976.420	23.323.452	4.325.283	1.490.152	5.815.435
BA	60.104.412	132.800.816	192.905.229	56.462.392	124.753.764	181.216.156
CE	29.369.416	91.362.194	120.731.610	23.824.445	74.112.933	97.937.378
DF	5.535.702	-	5.535.702	-	-	-
ES	8.725.724	15.347.134	24.072.858	39.697.016	69.820.619	109.517.636
GO	21.542.337	20.024.559	41.566.895	59.124.097	54.958.472	114.082.570
MA	38.391.500	112.962.052	151.353.552	8.860.804	26.071.779	34.932.583
MG	68.774.284	52.897.725	121.672.010	209.477.721	161.119.741	370.597.462
MS	8.802.594	9.738.982	18.541.576	33.906.344	37.513.178	71.419.522
MT	14.572.044	12.443.966	27.016.010	28.502.823	24.340.315	52.843.138
PA	45.489.105	94.650.041	140.139.146	21.785.313	45.329.112	67.114.425
PB	22.450.595	31.566.109	54.016.704	12.758.750	17.939.127	30.697.877
PE	37.638.346	53.699.329	91.337.674	43.240.453	61.691.960	104.932.413
PI	17.931.096	37.226.107	55.157.202	7.055.125	14.646.893	21.702.018
PR	38.439.718	31.205.109	69.644.827	110.414.434	89.633.709	200.048.143
RJ	14.520.668	24.073.588	38.594.257	106.003.255	175.741.134	281.744.389
RN	17.802.973	23.825.453	41.628.426	15.912.736	21.295.777	37.208.514
RO	12.752.803	10.120.970	22.873.773	13.514.400	10.780.811	24.295.210
RR	12.812.237	4.204.559	17.016.795	4.184.134	1.373.097	5.557.231
RS	37.718.339	30.107.514	67.825.852	151.673.283	121.068.569	272.741.852
SC	19.599.415	18.118.915	37.718.330	67.318.551	62.233.445	129.551.997
SE	14.618.178	20.219.537	34.837.715	10.708.386	14.811.600	25.519.987
SP	63.776.985	47.797.779	111.574.764	765.461.994	573.676.907	1.339.138.901
TO	21.193.689	14.957.699	36.151.388	9.304.229	6.566.571	15.870.801
<b>TOTAL</b>	<b>693.909.302</b>	<b>957.146.761</b>	<b>1.651.056.063</b>	<b>1.856.540.352</b>	<b>1.861.329.934</b>	<b>3.717.870.286</b>

Coordenação-Geral de Normas e Avaliação da Execução da Despesa - CONED

Fone: (61)3412-3116

Email: [transferencias.stn@fazenda.gov.br](mailto:transferencias.stn@fazenda.gov.br)